

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Luciano Nunes Viçosa de Souza

**A TRAJETÓRIA DE UM PADRE FRANCÊS NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO:
JOÃO PEDRO GAY NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO IMPÉRIO DO BRASIL
(1847-1889)**

Santa Maria, RS

2020

Luciano Nunes Viçosa de Souza

**A TRAJETÓRIA DE UM PADRE FRANCÊS NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO:
JOÃO PEDRO GAY NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO IMPÉRIO DO BRASIL
(1847-1889)**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Beatriz Teixeira Weber

Santa Maria, RS

2020

Souza, Luciano Nunes Viçosa de
A TRAJETÓRIA DE UM PADRE FRANCÊS NA PROVÍNCIA DE SÃO
PEDRO: JOÃO PEDRO GAY NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO IMPÉRIO
DO BRASIL (1847-1889) / Luciano Nunes Viçosa de Souza.-
2020.

72 p.; 30 cm

Orientadora: Beatriz Teixeira Weber
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2020

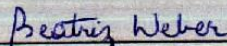
1. História Social 2. Padroado 3. Província de São
Pedro 4. Trajetória 5. Cônego João Pedro Gay I. Weber,
Beatriz Teixeira II. Título.

Luciano Nunes Viçosa de Souza

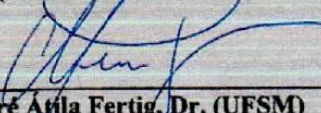
**A TRAJETÓRIA DE UM PADRE FRANCÊS NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO:
JOÃO PEDRO GAY NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO IMPÉRIO DO BRASIL
(1847-1889)**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovado em 13 de março de 2020:



Beatriz Teixeira Weber, Dr.ª (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



André Atila Fertig, Dr. (UFSM)



Fábio Kühn, Dr. (videoconferência - UFRGS)

Mariana Flores da Cunha Thompson Flores, Dr.ª (UFSM)
(Suplente)

Santa Maria, RS

2020

AGRADECIMENTOS

São tantas pessoas envolvidas nessa trajetória que inicio pedindo desculpas se esquecer de nomear alguém, mas de maneira nenhuma é proposital, e todos aqueles que se sentem partem dessa caminhada e que não foram nomeados sintam-se também incluídos e agradecidos por mim. Afinal, foram cinco anos de graduação e dois anos de mestrado até este momento!

Gostaria de começar agradecendo ao Professor Valdoir Dutra Lira, diretor da minha escola da educação básica e a toda a equipe do Colégio Estadual de Ensino Médio Emílio Zuñeda que me deram a base necessária para que eu pudesse ter ingressado em 2013 em uma Universidade Federal, meu muito obrigado!

Em especial aos docentes da área de Humanas, Professores Ana Marta Barbosa, Flávia Appel, Mara Mendonça, Régis Costella e a querida Professora de Português Helena Scarrone que muito ajudou em meu ingresso na Federal!

Deixo aqui registrado o meu agradecimento aos funcionários dos arquivos em que realizei as pesquisas para a elaboração deste trabalho, sempre solícitos e prestativos: Arquivo Histórico Municipal Miguel Jacques Trindade (Alegrete), Biblioteca Municipal de Uruguaiana, Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete - CEPAL, Centro Cultural Dr. Pedro Marini (Uruguaiana), Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Arquivo Histórico de São Borja, Câmara Municipal de São Borja. Ainda agradeço ao Pe. Mário Benachio Auzani por tão gentilmente ter me recebido na Igreja Matriz de São Borja.

Aos meus queridos primos Luis Fernando de Souza Borges e Tânia Mara de Bastiani, muito obrigado por me mostrarem a cidade e pelos finais de semana agradáveis que passamos.

Na sequência, agradeço a Universidade Federal de Santa Maria pelo ensino proporcionado nesse Programa de Pós-Graduação em História durante o curso de Mestrado, nas pessoas do ex-Coordenador Luis Augusto Farinatti e o atual Coordenador Adriano Comissoli e a Secretária do PPGH Patrícia Pereira Fernandes, que muito fizeram por nós nesses anos! Estendo o agradecimento aos outros professores do Departamento de História.

É importante reforçar a importância do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) para a minha formação e o financiamento pela Bolsa CAPES/DS no projeto que desenvolvi e se tornou esta dissertação assim como na minha permanência na Universidade durante o curso. Assim como das amizades feitas durante os quatro anos em que fui bolsista

durante a graduação, no *PIBID História 2011* e *PIBID História 2014*, que levei comigo. Desses laços estabelecidos destaco vocês Bianca Alves Madruga e Letícia Genro Schio, que para além de supervisoras, muito me serviram (e servem) de inspiração e se tornaram grandes amigas.

Em especial a ti Bianca, grato por todos esses anos de aprendizagem, companheirismo, boas risadas, compromisso com a docência, sempre solicita nos bons e maus momentos, só tenho a agradecer pela tua amizade e por tudo que já fez por mim! Muito obrigado por me acolher junto a tua família nesses dois anos de mestrado! Um agradecimento especial também ao Diego, a Inez e a Laureana, pessoas que admiro e tornaram a mudança e convivência ainda mais agradáveis.

Grato ainda a todos os amigos conquistados nessa trajetória, em especial aqueles que ultrapassaram o significado de colegas de curso de graduação: André Haiske, Eduardo Perius, Helen da Silva Silveira, Roseani Schünke Cantarelli, Taís Giacomini Tomazi. Meus agradecimentos também aos colegas que dividiram comigo esses dois anos no PPGH: Aline Sônego, Denise Frigo, Marcelo Cardoso, Paula Ciochetto, Bruno Trindade, Bruno Martins, Eliza Militz, Gabriela Costa, Gabriela Rotilli, Eduardo Perius, Francesco Santini, Thais Balk, Jonas Migotto e Géssica Marques.

Agradeço ainda a minha *biridin*, a colega Simone Maciel Margis, por todo apoio e parceria desses anos, tanto na vida pessoal quanto na profissional. Com certeza sem ti a pós-graduação teria sido bem menos alegre e divertida. Obrigado por ser minha amiga e por todo o apoio de sempre!!

Para minha permanência na Universidade, em especial durante a graduação, foi de fundamental importância a moradia estudantil e por isso agradeço as gestões *Olha pra CEU*, *CEU Lar*, *CEU Presente e Futuro*, *De CEU pra CEU*, que muito lutaram (e lutam) por melhorias na Casa do Estudante Universitário II (CEU II), ainda mais na conjuntura atual, simplesmente por acreditarem na causa. Muito obrigado queridos!

Destaco algumas das amigas que fiz nessa convivência na CEU II: Andressa Bonfada, Bruna Fonte, Bruna Mendonça, Caroline Torres, Célia Elenice Gonçalves, Daniela dos Santos, Greice da Silva Silveira, Jéssica Erd, Jéssica Boelter, Mária Helena Farias, Milena Silva, Mônica Ribeiro, Silas Pereira Rosa, Taís Laiani. Meu muito obrigado por todos os momentos. Em especial a ti Emileidi Machado Gonçalves, por toda amizade e irmandade desses anos, que sigamos *batendo água* por muito tempo, pois nem a distância física nos afastou, tenho muito orgulho de ti queridona e da profissional que és sendo essa baita educadora especial, saiba que

tu faz a diferença na minha vida e na de muitos! Obrigado também a ti minha querida Denise Meller Losekann, por todas as conversas e trocas desses anos todos, pela amizade e parceria de sempre e por ser essa professora-artista incrível!!

Gratidão ao grupo de pesquisa *PRISMAS – História, Ciência e Religião*, pelos seis anos de discussões sobre história das religiões e religiosidades, este trabalho não seria pensado e possível sem nossas reflexões. Em especial, a Rayssa Almeida Wolf e o Renan Santos Mattos, pelas boas conversas e trocas durante as reuniões, sejam sobre os textos ou sobre a vida e claro pelas boas risadas de sempre, isso torna a pós-graduação muito mais palatável.

Meu muito obrigado a professora Beatriz Teixeira Weber, que além de ter me acolhido neste grupo aceitou orientar este trabalho. Grato pela autonomia na execução do projeto e a confiança, és um exemplo de profissional pra mim, uma pessoa comprometida com um fazer historiográfico responsável!

Aos professores André Fertig e Fábio Kühn, meus agradecimentos, por tão gentilmente terem aceitado o convite para comporem as bancas de qualificação e defesa, sendo profissionais que admiro, grato pelas leituras atenta, as arguições e sugestões para melhorar o trabalho.

Meus queridos amigos alegretenses, vocês também foram muito importantes nessa trajetória, até porque a Universidade não se faz só de estudos. Fico feliz que mesmo com todo esse tempo de distância cada vez que vou ao *baita chão*, sempre nos encontramos para por a conversa em dia. Meus muito obrigados queridos: Adriana Pereira, Amanda Jenniffer Tâmara de Freitas, Carine Brum Duran, Dienifer de Almeida Bernardi, Eduardo Maciel, Irene Teresinha da Silva Lucas. Um agradecimento especial a minha comadre Crislei Guarize Vieira e o compadre Eder Merch, muito obrigado pela honra de apadrinhar o Mathias!

Minha querida prima Clarissa de Souza Borges, meus agradecimentos pelas hospedagens em Porto Alegre, a atenção e o carinho com que sempre fui recebido levarei comigo pra sempre.

Agradeço à toda minha família, em especial a Vó Marina Bucher e a tia Neiva de Souza Borges sempre incentivadoras e carinhosas. Assim como ao meu irmão Rafael Nunes de Nunes e a cunhada Sandra Hoffmann pelo presente que nos deram, a Larissa Rafaella (Lala) e a Maria Alice. Grato as minhas irmãs Neli, Maria e Alíria, por existirem e pela parceria de sempre!!!

Por fim, mas não menos importante, sou grato a meus pais, Luciana Nunes de Souza e Luis Carlos Viçosa de Souza, por terem me ensinado valores que levarei pra toda a vida, sempre incentivando meus estudos. Sei o quanto foi trabalhoso para criar os quatro filhos, entre costuras e estofados, e hoje já ter três de nós cursando o ensino superior, ainda mais fora de Alegrete. Meu muito obrigado, por tudo mesmo, vocês fizeram um ótimo trabalho conosco, amo vocês!

Luciano Nunes Viçosa de Souza

Santa Maria, verão de 2020.

EPÍGRAFE

“Você pode encarar o ato de escrever com nervosismo, animação, esperança ou até desespero – aquele sentimento de que nunca será possível pôr na página tudo o que está em seu coração e em sua mente. Você pode ficar com os punhos cerrados e os olhos apertados, pronto para quebrar tudo e dar nomes aos bois. Pode ser que você queira que uma garota se case com você, ou deseje mudar o mundo. Encare a escrita como quiser, menos levianamente. Deixe-me repetir: não encare a página em branco de maneira leviana.”

(Stephen King, Sobre a escrita.)

“(...) à meus leitores que descobrirem erros, que julgo involuntários e sem vontade de inverter os fatos, ou que conhecerem algum melhoramento que se possa efetuar, de terem a bondade de me comunicar suas observações, que serão por mim devidamente atendidas”.

(Cônego João Pedro Gay, História da República
Jesuítica do Paraguai, 1863.)

RESUMO

A TRAJETÓRIA DE UM PADRE FRANCÊS NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO: JOÃO PEDRO GAY NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO IMPÉRIO DO BRASIL (1847-1889)

AUTOR: Luciano Nunes Viçosa de Souza

ORIENTADORA: Beatriz Teixeira Weber

No decorrer da segunda metade do século XIX, durante o Segundo Reinado, uma figura tornava-se proeminente na sociedade do Império do Brasil, o Cônego João Pedro Gay (1815-1891). Partindo de sua trajetória de vida, objeto de análise deste estudo, enfocando a sua carreira eclesiástica e seus laços familiares constituídos, buscamos sanar uma lacuna da historiografia sul rio-grandense, que é compreender a estrutura e os mecanismos da Igreja Católica durante a vigência do Padroado. Para a análise, utilizamo-nos da história social e sua percepção em buscar observar o cotidiano a partir de elementos dessa trajetória. Para tanto, recorreremos também a micro – história italiana e de seus aportes teóricos e metodológicos, assim como do conceito de *mediador*. Para isto, buscamos apresentar a historiografia sobre a Igreja Católica local e nacional, assim como a discussão sobre o Padroado. Objetivamos demonstrar que essa categoria foi equivocadamente esquecida pela historiografia, podendo ser uma chave explicativa para o período e para a inserção do Cônego Gay na Província e na Corte. Assim, utilizamos, além das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, documentos do Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos Relatórios de Presidente da Província hospedados no sítio da Hemeroteca Digital.

Palavras-chave: História Social. Padroado. Província de São Pedro. Trajetória. Cônego João Pedro Gay.

ABSTRACT

THE TRAJECTORY OF A FRENCH PRIEST IN THE PROVINCE OF SÃO PEDRO: JOÃO PEDRO GAY IN THE SOUTHERN BORDER OF THE EMPIRE OF BRAZIL (1847-1889).

AUTHOR: Luciano Nunes Viçosa de Souza

ADVISOR: Beatriz Teixeira Weber

During the second half of the 19th century, during the Second Reign, a figure became prominent in the society of the Empire of Brazil, Cônego João Pedro Gay (1815-1891). Starting from his life trajectory, object of analysis of this study, focusing on his ecclesiastical career and his family ties, we seek to fill a gap in the historiography of Rio Grande do Sul, which is to understand the structure and mechanisms of the Catholic Church during the term of the Padroado. For the analysis we used social history and its perception in seeking to observe the daily life from elements of this trajectory. For that, we also resort to Italian microhistory and its theoretical and methodological contributions, as well as the concept of mediator. For this, we seek to present the historiography about the local and national Catholic Church, as well as the discussion about the Padroado. We aim to demonstrate that this category was mistakenly overlooked by historiography, and may be an explanatory key for the period and for the inclusion of Cônego Gay in the Province and the Court. Thus, we use, in addition to the First Constitutions of the Archbishopric of Bahia, documents from the Archives of the Metropolitan Curia of Porto Alegre, the Brazilian Historical and Geographic Institute and the Reports of the President of the Province hosted on the Hemeroteca Digital website.

Keywords: Social History. Padroado. Province of São Pedro. Trajectory. Cônego João Pedro Gay.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2. DE PADRE JEAN PIERRE GAY À CÔNEGO JOÃO PEDRO GAY: um súdito do Império do Brasil	19
2.1 “ <i>QUE SÃO CÔNGRUAS TÃO TÊNUES, QUE ESCASSAMENTE BASTÃO PARA A PARCA SUBSISTÊNCIA DE UM CLÉRIGO</i> ”: O inventário <i>post-mortem</i> do Cônego Gay.....	23
3. DE VIGÁRIO ENCOMENDADO À VIGÁRIO COLADO: O funcionamento do Padroado a partir de elementos da carreira eclesiástica do Cônego Gay.....	31
3.1 O PADROADO E A (RE) ORGANIZAÇÃO ECLESIASTICA NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO	35
CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
FONTES	57
ANEXOS	60

INTRODUÇÃO

O décimo quarto dia do ano de 1909 iniciou-se relembrando um episódio fatídico: “Inventário de João Pedro Gay. Inventariante José Gay. O inventariado faleceu, nesta cidade [Uruguaiana], a 15 de maio de 1891, sem testamento, deixando filhos reconhecidos por escritura pública.”¹.

Em uma primeira leitura, seria apenas mais um inventário dentre tantos. Mas, como nos sugere Carlo Ginzburg que “o fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de outro em todas as sociedades conhecidas: o nome” (GINZBURG, 1989, p. 174). Então pensemos a partir desse momento quem era o indivíduo inventariado, no caso, a perguntar a ser respondida é quem foi João Pedro Gay?

Já é sabido pela historiografia quem foi essa figura ilustre da campanha sul rio – grandense, mas poucos estudos se dedicaram a investigá-lo de forma mais aprofundada ou, pelo menos, verificar os dados já existentes com as fontes disponíveis. E esse é um de nossos objetivos neste trabalho. Compreender o espaço religioso na fronteira oeste do atual estado do Rio Grande do Sul a partir de João Pedro Gay; contribuir para os estudos em História Social no Estado, visando as questões sobre religiões e religiosidades para a região; e por fim, investigar a relação Estado – Igreja e a importância do Padroado² nessa relação, a partir deste estudo de caso.

O então vigário da Vara de Uruguaiana, o Cônego João Pedro Gay, “veio a falecer, em consequência de um desastre ferroviário, a 15 de maio de 1891” (RUBERT, 2005, p. 286). Na sequência, Arlindo Rubert comenta que “algum boato em desabono de seu comportamento moral nunca foi confirmado, pelo que me consta. Ele tinha fama de padre zeloso, inteligente e

¹ CCPM, Inventário de João Pedro Gay, 1907. O documento se encontra no Centro Cultural Dr. Pedro Marini (CCPM) em Uruguaiana. Agradecemos a gentileza do historiador Wagner Cardoso Jardim em nos disponibilizar o inventário.

² Segundo Antônio Carlos do Amaral Azevedo, o Padroado foi a “instituição que, a partir do século XIII, as monarquias ibéricas criaram para estabelecer alianças com a Santa Sé. O padroado português consistia na concessão de privilégios e na reivindicação de direitos, invocando a Coroa sua qualidade de protetora das missões eclesiais na África, na Ásia e no Brasil. Neste último, distinguam-se dois tipos de padroados: o Real e o da Ordem de Cristo. Esses padroados, quer espanhóis, quer portugueses, eram regulados e autorizados por bulas pontificais. Graças a essa instituição – Padroado Real (português) e Patronazzo (espanhol) -, as Coroas ibéricas exerciam grande influência na administração eclesial de seus impérios ultramarinos. Através deles, a monarquia promovia, transferia ou afastava clérigos; decidia e arbitrava conflitos nas respectivas jurisdições das quais ela própria fixava limites. Como assinala ilustre historiador inglês, sob muitos aspectos o clero colonial era formado por ‘funcionários assalariados da Coroa’. Excetuados temas e assuntos pertinentes ao dogma, a Igreja colonial, pelo padroado, ficava sob o controle permanente do Estado. No Brasil, o padroado só foi extinto na República” (AZEVEDO, 1999, p. 340).

benquisto dos paroquianos” (RUBERT, 2005, p. 286). Esse comentário sobre o possível mau comportamento do padre nos instiga a buscar o que seriam esses boatos, já se percebendo uma defesa por parte do autor com relação a pequena biografia sobre o Cônego.

Mas, afinal, quem foi o Cônego Gay? Como se pode perceber pelo nome e pela data de falecimento, trata-se da mesma pessoa. Fato interessante ao leitor provavelmente, já que se trata de um padre. Mas antes de responder ao questionamento, tratemos de apresentar a teoria e o método que foram empregados neste estudo. Atualizamos a grafia dos documentos a fim de facilitar a leitura.

Este trabalho surgiu a partir das indagações de entender de que maneira o Padre Gay conseguiu se tornar essa figura tão proeminente no seu tempo. Também porque ele atuou na fronteira³ e muitos dos trabalhos sobre a fronteira oeste do atual estado do Rio Grande do Sul focaram o século XIX, e se dedicaram aos estudos sobre história agrária⁴, do crime⁵, da escravidão, da saúde⁶, dentre outros assuntos, não havendo trabalhos que tenham abordado a questão da religião ou das religiosidades para a região.

Em função disto, utilizou-se como comparativos, sempre que foram necessários, os trabalhos de Alexandre Karsburg (2007) e de Vitor Biasoli (2010) para o estudo, que estudaram a cidade de Santa Maria na segunda metade do século XIX, cenário parecido com o encontrado na fronteira. Optou-se por não utilizar no comparativo o trabalho do historiador Fábio Kuhn (1996), por este ter trabalhado com um período muito anterior e ter centrado seu estudo em Porto Alegre, embora seja um trabalho fundamental para os estudos das religiões e religiosidades no estado.

Mesmo assim, apesar de alguns trabalhos já haverem se dedicado ao estudo de padres oitocentistas, ainda não existem estudos específicos, principalmente no que concerne a região

³ Entende-se neste trabalho como fronteira a “região que depois ficou conhecida como ‘Campanha Gaúcha’ (FARINATTI, 2014, p. 77) que equivale a Vila de Alegrete (1831) e os seus desdobramentos administrativos ao longo do século XIX (inclusive Uruguaiana) e a Província das Missões, que depois viria a se tornar a Vila de São Borja a partir de 1834. Para uma melhor compreensão desses desdobramentos administrativos em São Borja ver o primeiro capítulo do trabalho de Leandro Fontella (2013). Também a compreendemos conforme Mariana Thompson Flores (2014), enquanto um espaço dinâmico e manejável, de acordo com os contextos e interesses de cada ator social e dos grupos que interliga, que influencia na perspectiva da vida cotidiana, assim como possibilita trocas socioculturais.

⁴ FARINATTI, 2007; FOLETTO, 2003, 2012; FONTELLA, 2013; GARCIA, 2005, 2010; LEIPNITZ, 2010, 2016.

⁵ THOMPSON FLORES, 2014.

⁶ BECKER, 2011.

da fronteira oeste, esperando-se, assim, que este trabalho contribua para que mais estudos ocorram, sendo um movimento neste sentido.⁷

Aos discutirmos sobre história das religiões e religiosidades não podemos perder de vista que só se pesquisa hoje esse tipo de temática em função do movimento realizado pelos *Annales*, ao levar o foco da pesquisa histórica para o social, retirando-o do econômico, problematizando a produção histórica a partir de outros olhares. A referência por

ter-se tornado o marco, real ou simbólico, de constituição de uma nova história, em oposição as abordagens ditas rankianas, predominantes entre os historiadores profissionais até a primeira metade do século. Ainda hoje, a expressão “história social” é frequentemente utilizada como forma de demarcar o espaço desta outra postura historiográfica frente à historiografia tradicional. (MATTOS, 1997, p.76)

Mesmo assim, os historiadores demoraram muito tempo para se dedicarem ao estudo do religioso, mesmo começando a se perceber a formação de uma história das religiões como disciplina “a partir das discussões ao longo do século XIX e início do XX, [que] aprofundaram as relações entre a defesa do caráter racionalista do homem ocidental e a persistência de formas de expressão ainda classificadas como religiosas” (HERMANN, 1997, p. 474), tendo os sociólogos tratados dessas questões até, pelo menos, a primeira metade do século XX. Daí que muito dos aportes teórico-metodológicos vem dessa área.

Neste trabalho entende-se, conforme Biasoli,

a religião numa perspectiva social – a religião como uma realidade humana nascida das relações do homem com o seu meio – e deixamos de lado os aspectos teológicos. Entendemos a religião a partir de realidades empíricas: a religião como forma de equacionar problemas concretos da vida dos homens, a religião como forma de instituir, fundar e dar sentido às configurações socioeconômicas, a religião numa determinada sociedade, num período específico da sua história. Por fim, a religião organizada institucionalmente em forma de igreja e conduzida por homens (...) [assim] nosso objeto de estudo é a Igreja Católica como instituição humana num determinado período da história. (2010, p.17-18).

Para tanto, cabe ressaltar que, “curiosamente, os estudos sobre o que se chamaria religiosidade popular receberiam mais atenção dos intelectuais brasileiros que as histórias institucionais e/ou das ideias ou doutrinas religiosas” (HERMANN, 1997, p.500), muito em função do contexto da formação social brasileira, que apresenta um quadro heterogêneo e bem diverso a partir de várias crenças que aqui dialogaram.

⁷ RUBERT, 1998; VÉSCIO, 2001; BORGES, 2003; RUBERT, 2005; WEBER, 2007; DA SILVA, 2008; ANDRADE JUNIOR, 2010; SILVA, MOREIRA, 2010; MAESTRI, 2012; WEBER, DA SILVA, 2012; GUTERRES, 2013; SILVA, MOREIRA, 2013; VOLKMER, 2013; FREITAS NEVES, ANDRADE, 2016; UBERTI, 2016.

Mesmo se tratando desse enfoque popular, a análise foi feita muito pelo viés de teorias darwinistas e com um olhar ultramontano, desconsiderando a manifestação popular como religiosa. Como aponta Mauro Dillmann “a própria produção historiográfica, desde o século XIX, tenha se pautado, (...) na órbita da instituição, sendo escrita por eclesiásticos, ex-religiosos ou leigos ressentidos, que fizeram uma apologia do que a Igreja realizara”. (2012, p. 105).

Foi o caso, por exemplo, da parceria nas publicações das edições Paulinas e da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA), destacando-se o estudo de Maria Valéria Rezende (1987), por exemplo. Destacaram-se ainda os trabalhos de Dom Zeno Hastenteufel (1987; 2006), Eduardo Hoornaert (1979; 1982), Jose Oscar Beozzo (1985), Fr. Oscar F. Lustosa (1977), Riolando Azzi (1979), publicados por outras editoras, convergindo com essa lógica.

Em contraponto a esses estudos, podemos destacar os trabalhos de Laura de Mello e Souza (1986) e de Ronaldo Vainfas (1996) que buscam um novo olhar para a religiosidade no Brasil colonial, muito influenciados pela história das mentalidades e a nova história cultural⁸, atentando para as questões do cotidiano e das práticas populares, nesses trabalhos entendidas como manifestações religiosas.

Importante ressaltar também que a história política renovada percebeu que “as forças religiosas [devem serem] levadas em consideração como fator de explicação política em numerosos domínios” e “fazem parte do tecido do político, relativizando a intransigência das explicações baseadas nos fatores sócio-econômicos” (COUTROT, 2003, p. 331). Assim, a história do político “adquire dimensões novas ao levar em conta o religioso, não somente sob suas formas institucionais (...) mas também através do acontecimento, o que pôde ser apenas sugerido” (COUTROT, 2003, p. 356-357)⁹.

Assim, a questão central do trabalho foi perceber e compreender como o Cônego Gay se tornou essa figura proeminente na fronteira meridional do Império do Brasil, durante o Segundo Reinado. Portanto, compreendemos que se fez necessário analisá-lo sob dois aspectos:

⁸ Para maiores informações sobre história das mentalidades e nova história cultural ver VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Ver também BARROS, José D’Assunção. *História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis*. **Revista Conexão – Comunicação e Cultura**. Caxias do Sul, UCS, v.6, n. 11, jan/jun. 2007.

⁹ Sobre a história política renovada ver: REMOND (2003); FERTIG (2009).

o primeiro diz respeito a sua carreira eclesiástica, observando as possibilidades que o Padroado trouxe para essa carreira e quais estratégias utilizadas e mecanismos dos códigos utilizados pelo Cônego Gay; o segundo aspecto corresponde às relações sociais estabelecidas na fronteira e a constituição de um núcleo familiar próprio.

Também é necessário relatar que este trabalho foi perpassado pela micro-história italiana já que esta nos convida “a uma outra leitura do social. A história social dominante refletia sobre agregados anônimos acompanhados durante um longo período” (REVEL, 2000, p. 16) o que dificultava a compreensão da realidade já que partia de categorias preconcebidas. Portanto, “recusava-se por definição a levar em conta o individual. Assim, vastos territórios permaneciam abandonados, que se poderia tentar reconhecer.” (REVEL, 2000, p. 17).

Tendo como “método” ou “‘maneira’ de conceber a história social acompanhando o ‘nome’ [método onomástico¹⁰] próprio dos indivíduos ou dos grupos de indivíduos”, portanto, “a escolha do individual não é considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente deste último. (...) permite destacar [assim] a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inscreve.” (REVEL, 2000, p. 17). Utilizando-nos, assim, dessa dimensão experimental da micro-história que “consiste na criação de condições de observação que farão aparecer formas, organizações” (REVEL, 2000, p. 20) para a análise dos manuscritos do Cônego Gay. Além de pensar esse trabalho a partir do paradigma indiciário, como proposto por Carlo Ginzburg, a própria “variação de escala [nos permite] passar de uma história para outra (e, por que não, para várias outras)” (REVEL, 1998, p. 38). Esses *jogos de escalas* nos permitem apreender uma história mais complexa, buscando, assim, concluir como essa cidade localizada na fronteira oeste da Província se inseria num contexto mais amplo, a partir das mudanças ocorridas na sociedade e na economia, por exemplo, durante o Segundo Reinado¹¹.

Assim, esse olhar micro-analítico contribui para uma melhor abordagem das trajetórias, pois este tipo de análise pode revelar “multiplicidade de espaços e de tempos sociais, pelo novelo de relações sociais que se criam em volta do mesmo indivíduo” (REVEL *apud* UBERTI, 2016, p. 26). Utilizamos da noção de trajetória pois “não tem por obrigatoriedade abordar toda a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado” (KARSBURG,

¹⁰ Método proposto por Carlo Ginzburg e Carlo Poni, onde o nome associado a redução de escala passa a “conduzir” a análise, o nome enquanto fio condutor do trabalho. Ver GINZBURG & PONI, 1989.

¹¹Para uma discussão mais aprofundada sobre isso ver: IMÍZCOZ, J. M. Actores, redes, processos: reflexiones para uma história más global. Revista da Faculdade de Letras – Historia, III. v 5. Porto: 2004, pp 1-28.

2015, p. 35). O autor ainda apresenta o conceito de trajetória em oposição à biografia, já que, para ele, esta “deve contemplar a totalidade da vida do indivíduo, problematizar os vários momentos da existência”. (KARSBURG, 2015, p. 33).

Ainda é interessante refletirmos que para atingirem seus objetivos (ou não), esses indivíduos precisavam traçar estratégias para se inserirem nessas sociedades, criando mecanismos sociais para a produção ou reprodução de ideias para alcançar suas “vitórias”. Assim como a historiadora Arlene Folleto, utilizando a noção de estratégia desenvolvida por Giovanni Levi, “coloca que ao tempo todos os sujeitos faziam escolhas ligadas à posição social que ocupavam e limitadas pelo seu próprio horizonte” (FOLLETO, 2012, p. 22), utilizando-se, por exemplo, da reciprocidade, dos favores.

Por fim, para compreender o Cônego Gay a partir de todos esses conceitos e métodos apresentados até aqui, ainda nos utilizamos da noção do mediador, já que este “é um tipo específico de intermediário, responsável por estabelecer uma conexão entre um sistema local e outro nacional, em que aquele está necessariamente inserido neste” (VARGAS, 2010, p. 40).

Consideramos dois aspectos fundamentais: “primeiro, mediador é um indivíduo que reúne em si (portanto, são atributos exclusivamente pessoais e não transmissíveis) a habilidade de interagir tanto com o sistema local quanto com o nacional” (VARGAS, 2010, p. 40-41). Quanto ao segundo, “o seu poder na comunidade local está sustentado exatamente na sua exclusiva capacidade de atingir o mundo exterior e dele trazer recurso e informações necessárias para a segurança e o desenvolvimento do sistema local” (VARGAS, 2010, p. 41). “Levi demonstrou que a ocupação de um cargo de relativa importância também podia tornar o indivíduo um mediador” (VARGAS, 2010, p. 41).

O conceito de mediador foi bastante utilizado nos trabalhos dos micro-historiadores ao estudarem a Itália pré-industrial. Giovanni Levi apontou a importância desses indivíduos por serem capazes de amenizar ou conter os possíveis embates entre os diferentes espaços em que circula e que os mesmos provinham de “grupos locais de importância” (LEVI, 2000).

Dois historiadores ainda se destacam sobre a importância os mediadores, José María Imizcoz e Jonas Moreira Vargas. O primeiro identificou a importância dos mediadores ao estudar a aproximação da elite navarra com a Corte espanhola. Sendo que os mediadores faziam uso “de suas relações privilegiadas não somente para promover aos seus, mas também para

ocupar-se do governo.” Assim “o seu importante capital relacional¹² e seus conhecimentos lhe conferiam uma capacidade de ação e de consecução de objetos notáveis, que fazia dele um homem necessário e buscado pelos membros da comunidade para mover seus assuntos.” (IMIZCOZ, 2001, p. 148-150)¹³.

Para o historiador Jonas Vargas, ao estudar uma elite política periférica do Império do Brasil, na província de São Pedro, identificou os mediadores como algumas pessoas que conseguiam transitar com distinção entre o mundo da paróquia e o mundo da Corte e dele obter ganhos, “neste sentido, eles geralmente dominavam os dois códigos de conduta dos sistemas que ligavam” (VARGAS, 2010, p. 40). Com esse trabalho inovador, Vargas abriu caminho para novos estudos, que se apropriaram dessa fórmula de combinar os estudos de elites políticas periféricas com o conceito de mediador¹⁴.

Por fim, essa dissertação tem por estrutura dois capítulos: o primeiro se dedicou a apresentar a trajetória de vida do Cônego João Pedro Gay, a historiografia acerca dele e elementos de como ele se tornou tão proeminente na região, discutindo também o seu inventário *post-mortem*, assim percebendo a contribuição da análise de sua trajetória para a historiografia; o segundo capítulo deteve-se na trajetória profissional do Cônego, como um dos elementos que garantiram o seu estabelecimento na sociedade (local, provincial, Corte).

¹² Partindo de José María Imizcoz, Arlene Folleto entende como capital relacional “o capital social e a capacidade de ação que este possui em mobilizar recursos a seu favor. Pode ser compreendido como uma rede de poder (conquista e manutenção) que as famílias de elite estruturam em suas comunidades apoiadas em redes de parentesco, amizade e clientela” (FOLLETO, 2012, p. 29)

¹³ Para aqueles que desejam aprofundar a discussão ver: SILVERMAN, 1977; SILVA, 1993; IMIZCOZ, 2001; FELDMAN-BIANCO, RIBEIRO, 2003.

¹⁴ Como por exemplo, os trabalhos de Amanda Both (2016), Fabrício Nicoloso (2013) e Tassiana Saccol (2013).

2. DE PADRE JEAN PIERRE GAY À CÔNEGO JOÃO PEDRO GAY: um súdito do Império do Brasil

Neste primeiro capítulo discutiremos aspectos da vida e a historiografia relativa ao Cônego João Pedro Gay, buscando apresentar sua trajetória, em especial durante os anos que passou na então Província de São Pedro.

Pelo que sabemos, Jean Pierre Gay nasceu no ano de 1815 em Gap (França), onde foi ordenado padre em 1840, veio para a América dois anos depois, mais especificamente para atuar em Montevideu (Uruguai), mas em função da cidade se encontrar sitiada em decorrência de conflitos, veio para o Império do Brasil, onde se tornou vigário encomendado da paróquia de Sant'Ana da Vila Nova de Laguna – SC (BLAKE, 1898; RODRIGUES, 1954; SILVA, 2008). Em 1843 foi para o Rio de Janeiro, onde estudou homeopatia no recém criado Instituto Homeopático do Brasil, formando-se em 1845 nas primeiras turmas e, logo na sequência, lecionando na Escola Homeopática (WEBER, 2007).

Três anos depois, ainda como vigário encomendado, assumiu a Paróquia de Alegrete. No ano seguinte, naturalizou-se brasileiro e prestou concurso para vigário colado da recém criada paróquia de São Borja. Ao passar, assumiu a paróquia, onde ficou até 1874, concomitantemente administrando ainda à paróquia de São Luiz Gonzaga, por falta de vigário, de 1862-1872. No ano de 1874 tornou-se vigário colado da Paróquia de Uruguaiana, falecendo no ano de 1891, em 15 de maio¹⁵(WEBER, SILVA, 2012).

Entendemos que a melhor forma para se compreender esse tipo de pároco seja que o vigário encomendado era um padre que não possuía estabilidade para gerenciar sua paróquia, sendo extremamente submisso ao bispo e podendo ser transferido a qualquer momento, recebendo pelos serviços prestados, como se fosse um substituto ou contratado, tendo um caráter de interino. O vigário colado era o padre que, após realizar concurso público, assumia

¹⁵ José Honório Rodrigues escreveu que o Cônego “em 10 de maio de 1891 falecia em Uruguaiana” (RODRIGUES, 1954, p.77). Acreditamos que o autor tenha se equivocado, haja vista que outros autores corroboraram com a data do dia 15 de maio, inclusive o inventário *post-mortem* do Cônego atestou essa data, mas o autor não fez menção à causa da morte. No entanto, todos esses autores apresentam o motivo do falecimento como sendo um acidente de trem, mas, segundo a notícia do *Jornal Cidade* do dia 17 de janeiro de 2015, que se baseou no estudo realizado pelo bispo diocesano Dom Ângelo Domingos Salvador (2007), que trabalhou com o livro de óbitos de Uruguaiana, constatou o falecimento do Cônego no dia 15 de maio de 1891, aos 75 anos, “ao ser atropelado por uma carroça. Este acidente aconteceu em consequência de um desastre na esquina da praça, em frente a sua Igreja (da matriz, na época), quando um carro de tração animal, conduzido pelo boleeiro, o índio Mateus Camões, ao vir a cidade, assustou os cavalos que, em disparada, o atropelou” (*Jornal Cidade*, 17/01/2015, p.10, CCPM). Em consequência do acidente, o Cônego faleceu de “*dilatação da horta*”. Não tivemos contato com o livro de óbitos de Uruguaiana para confirmar tal informação. Jardim (2015) corrobora com a hipótese de acidente por veículo de tração animal.

uma paróquia e só poderia ser transferido da mesma por vontade própria ou por decreto do Presidente de Província, pois eram efetivos. Além de exercer a função religiosa, ainda se envolvia com as questões políticas e econômicas de sua localidade, estando em constante contato com a presidência. Recebiam “côngruas” (pagamentos provenientes dos dízimos arrecadados na província) e espórtulas (pagamento anual dos padres por serviços que realizaram ao longo do ano), ou seja, eram funcionários do Estado e recebiam do mesmo. (VIDE, 1853; CARDOSO, 2007; MAESTRI, 2012; WEBER, SILVA, 2012; UBERTI, 2016). Arlindo Rubert ainda apontou que, durante a primeira metade do século XIX, “os párocos colados já recebiam 200\$000 de cônica, isto é, anualmente. Na segunda metade do Império, a cônica dos párocos colados já era de 600\$000, paga pelo cofre da Província” (RUBERT, 2005, p. 46).

Importante discutirmos a situação de amasiamento que ele adotou em São Borja. Provavelmente os 8 filhos reconhecidos que ele teve foram da mesma mulher, chamada Carolina Larramedy¹⁶. Não conseguimos identificar dados mais precisos sobre a mesma, mas do que sabemos era paraguaia e livre. Este elemento já demonstra um diferencial da condição jurídica de Carolina Larramedy em relação aos outros casos mencionados no início de nossa análise, pois, os casos trataram de situações em que o amancebamento se deu entre o clérigo e uma escravizada ou o padre e uma liberta, gerando assim, provavelmente, um status social diferenciado para seus filhos (GUTERRES, 2013; UBERTI, 2016).

O amasiamento de párocos era uma situação comum nos padres do interior do Brasil¹⁷, entendido como adultério e/ou concubinato no direito eclesiástico, que tinha por base as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)*. Essa legislação, que dedicou muitas páginas a questão do amancebamento/concubinato, demonstrou que desde o período colonial brasileiro já existiam esses casos, procurando assim, a partir dessa legislação, coibir tais práticas. Embora tenham se criado mecanismos para punir os envolvidos em tais situações, principalmente com multas e admoestações os publicamente amancebados, raramente eram aplicadas (VAINFAS, 1987)¹⁸.

¹⁶ Para mais informações sobre que envolvam as relações entre a confissão e a sexualidade, considerado por muitos autores o ponto de origem dos relacionamentos sacrílegos, , ver o texto da historiadora Lana Lage da Gama Lima (1986) sobre as confissões dos desejos e as transgressões do confessor, em que a autora realiza um exercício entre a relação da delação e da moralidade.

¹⁷ Ver alguns exemplos desses casos de clérigos em LEWKOWICZ, 1987; BORGES, 2003; SILVA, MOREIRA, 2010; GUTERRES, 2013; SILVA, MOREIRA 2013; FREITAS NEVES, ANDRADE, 2016; UBERTI, 2016.

¹⁸ O historiador Ronaldo Vainfas ainda aponta que “em último caso, desrespeitadas as três admoestações, os clérigos praticantes do concubinato seriam excomungados, ou sofreriam, no máximo, a pena de degredo para a África” mesmo assim, “no tocante aos clérigos, cuja transgressão mereceu atenção detalhada nas Constituições, o adultério só foi condenado de modo genérico” (VAINFAS, 1987, p. 40-41). Assim, as Constituições Primeiras

Não identificamos nenhum tipo de punição e/ou admoestação contra o Cônego Gay, seja por parte do Bispado ou dos párocos, fato interessante, já que devia ser do conhecimento da sociedade do período, já que ele reconheceu seus filhos. Essa legitimação demonstra que “as famílias procuravam soluções de acomodação para as suas crianças ilegítimas e, quando necessário e possível, promoveram o reconhecimento dos filhos gerados fora do casamento” (LEWKOWICZ, 1987, p. 62). Da mesma forma, toda essa situação não impediu sua ascensão na carreira eclesiástica, como demonstramos no próximo capítulo.

Figura 01 - Cônego João Pedro Gay



Fonte: IHGB *apud* JARDIM, 2015, p. 133. Retrato do Padre Gay em Uruguaiana, onde era vigário desde 1874.

A historiografia eclesiástica produzida acerca do Cônego Gay muito pouco produziu e, quando o fez, foram textos mais no sentido de minibiografias do que discutindo sua atuação na fronteira ou outras questões (RUBERT, 1998; RUBERT, 2005). Outros trabalhos realizaram uma revisão dessa produção anterior, trazendo um empirismo maior para o estudo, dialogando

procuraram punir o concubinato eclesiástico, mas estabelecendo uma diferenciação, entre os ditos amancebados e os que tivessem relações transitórias, sendo a primeira situação punida mais rigorosamente (LEWKOWICZ, 1987).

com fontes eclesiásticas, e delineando melhor a atuação do investigado enquanto sacerdote e homeopata (WEBER, 2007; SILVA, 2008; WEBER, SILVA, 2012).

Outro estudo avançou um pouco mais ao trazer para a discussão da trajetória do padre na fronteira a questão da sua participação na Guerra do Paraguai (1864-1870) e a produção que realizou após o acontecimento, sua obra *Invasão Paraguai* (GAY, 1980), indicando os seus beneficiários a partir da análise de seu inventário *post-mortem* (MAESTRI, 2012), que não foram seu irmão e sobrinhos (que também viviam na fronteira), mas sim oito “afilhados” (VOLKMER, 2013).

Jardim também se utilizou da obra sobre a Guerra do Paraguai do Cônego Gay em seu livro, oriundo de sua dissertação de mestrado, em que aborda a invasão paraguaia no Rio Grande do Sul e a rendição em Uruguaiana, trazendo como fontes novas a carta que o Padre enviou a Solano López e o inventário realizado sobre os prejuízos sofridos com a invasão em São Borja (JARDIM, 2015).

Na produção mais tradicional, São Borja foi uma cidade referida como “terra de presidentes” ou “terra de valor”, mas se destacou como região das antigas Missões Jesuíticas da América do Sul, conforme João Rodolpho Amaral Flôres. O autor aponta que houve um silenciamento do período do oitocentos.

Na sua obra, Flôres dedicou um capítulo para compreender *a igreja católica e suas inserções na Vila de São Borja*, onde demonstrou como se deu essa mudança de mentalidade de uma sociedade comunitária para uma individualista, fomentada pela ocupação luso-brasileira e o papel da Igreja na legitimação da sociedade que se configurava (FLÔRES, 2012). Ao tratar do Cônego Gay como o primeiro pároco colado da Vila de São Borja, destacou três pontos: o primeiro de que o pároco, ao constatar o abandono daquela população e a situação de deterioração que aquela sociedade estava sofrendo, pediu permissão ao bispo para praticar a homeopatia para aquela população que tinha pouco acesso a medicamentos de alopatia, além de serem escassos.

Ainda sobre a atuação do padre João Pedro Gay, afirma que ele desenvolveu um trabalho de repercussão um pouco maior na paróquia, sendo ele “um dos responsáveis pelos esforços de construção da Igreja Matriz, além de ter se destacado na organização e retirada da população são-borjense, quando da invasão paraguaia em 1865” (FLÔRES, 2012, P. 153).

Por fim, destaca-se a tese de doutorado de Márcia Volkmer (2013), que fez uma das maiores contribuições para pensar a atuação do padre na fronteira, apresentando um grande número de fontes inéditas ao estudar a imigração francesa para o Império do Brasil ao longo da segunda metade do século XIX. Mesmo o estudo não trazendo como foco o padre Gay, acaba demonstrando, por exemplo, a relação do Cônego com a maçonaria, porque ele articulou e fundou a primeira loja maçônica de São Borja.

2.1 “QUE SÃO CÔNGRUAS TÃO TÊNUES, QUE ESCASSAMENTE BASTÃO PARA A PARCA SUBSISTÊNCIA DE UM CLÉRIGO”¹⁹: O inventário *post-mortem* do Cônego Gay.

Retornando ao inventário do Cônego João Pedro Gay, mencionado no início de nossa análise, constatamos que o mesmo reconheceu seus oito filhos por escritura pública lavrada a 2 de setembro de 1874, reiterada por inventário em 1907. São eles: Maria Magdalena Torres Homem (falecida no ano do inventário, foi representada por seus seis filhos – Magdalena Torres Homem, Maria Carolina, Augusto Comte Torres, Emmanuel Kant, Joaquim, Floriano Peixoto); Carolina Regina Gay de Alcantara; Amado João Pedro Gay; Nemesis Oscar Gay (falecido, sendo representado por sua viúva Maria Jesuína H (ilegível) Gay e seus filhos – Carolina Gay de Campos, Adilia Gay, Nemesis, Polycarpo, Maria Jesuína, Amabilia); Salvadora Nympha Pastora; Fernando Noel Gay (falecido, sendo representado por sua viúva Maria Conceição Araponga Gay e seus filhos – Gonçalina, Odila, Conceição); Maria Salomé Gay Araponga; e por fim, José Gay²⁰.

A historiadora Ida Lewcovicz nos lembra que as legitimações tinham por objetivo a transmissão de bens, sendo uma herança da tradição ibérica e que no Brasil “a legitimação se fazia através do casamento, de testamentos [ou inventários] ou de escritura pública” (LEWCOWICZ, 1987, p. 63). No caso do Cônego Gay, além do inventário *post-mortem*, o clérigo legitimou seus descendentes via escritura pública lavrada em 1874²¹.

Identificamos ainda que, em 1857, nascia a sua filha, Carolina Regina Gay²², fato interessante tendo em vista que em 1853, ou seja, apenas quatro anos antes, o Cônego Gay se

¹⁹ VIDE, 1853, p. 227.

²⁰CCPM, Inventário de João Pedro Gay, 1907. Livro de Inventários nº 05, p.43-45.

²¹ Não conseguimos localizar a escritura pública que legitimou os descendentes do Cônego Gay.

²² Identificamos o registro de óbito de Carolina Regina Gay de Alcântara, aos 92 anos, em que consta o ano de nascimento sendo em 1857 (LIVRO DE ÓBITOS, 1949).

envolveu em uma discussão no Jornal Correio do Sul em que rebatia a carta do Velho Católico em que se podia ler:

Desgraçadamente abusos e graves abusos existem na administração dos sacramentos neste Bispado e sobre tudo nas freguesias da campanha. Infelizmente vários párocos e sacerdotes deslumbram o caráter sagrado de que são revertidas, porém animo-me a [ilegível] que o velho católico foi minimamente rigoroso pra com o clero em geral. Que haja neste Bispado um ou dois sacerdotes que mereçam os epítetos de crapulosos e imorais, avarentos e simoníacos, crapulosos e desmoralizados de vidas desregrados e criminosos. [ilegível] . Haja alguns párocos ambiciosos, menos cuidadosos de desempenhar seus deveres (...). Mas que a maior parte dos párocos que temos por estas campanhas especialmente os colados mereçam esta descriminação mereçam semelhantes epítetos. Nego. Parece-me mui injusta essa acusação feita a maioria dos párocos, em nome de todos eles especialmente dos da campanha em nome de todo o clero Rio-grandense protesto contra esta injusta acusação (IHGB, Lata 406, Documento 29, 1853).

O Cônego Gay prossegue discorrendo sobre as injustiças com os párocos que cumpriam seus deveres com suas comunidades e viviam de acordo com os sacramentos. Porém, ele mesmo fazia parte do grupo de padres que eram acusados pelo Velho Católico, que frisava serem os padres estrangeiros em especial, de adquirirem terras, enriquecerem a partir do cargo que ocupavam na Igreja, se amancebaram, dentre outros elementos. Sendo o mesmo padre que entrou para a memória da cidade de Uruguaiiana pois realizava festas em sua casa com o objetivo de apresentar suas filhas para a sociedade uruguaiianense, como constatamos na notícia do *Jornal Cidade* de 17 de janeiro de 2015²³.

Segue a descrição dos bens e a avaliação, lembrando que o inventariante do Cônego foi José Gay foi um de seus filhos:

Tabela 1 – Descrição dos bens e avaliação no ano de 1907.

Quantidade	Descrição dos bens	Avaliação
1	Casa em Uruguaiiana, edificada em um terreno com 75 palmos de frente por 235 de fundos, na praça da Rendição, no cruzamento das ruas Duque de Caxias e Sant' Anna.	14:000,000
1	Casa na cidade de São Borja, em ruínas, em um terreno com 28,30 m de frente por 33,30 m de fundos	5:000,000
1	Casa em ruínas em um terreno com 13,40 m X 33,30 m à rua 7 de Setembro	1:000,000
1	Casa em ruínas em um terreno com 14 m X 33,30 m à rua 7 de Setembro	2:000,000

²³ O DOUTOR Milton Cruz, juiz districtal da sede do município de São Borja etc. *A Federação*, Porto Alegre, 11 de nov. de 1907. Edição 263. p. 03.

1	Terreno à rua General Osório com 21 m X 33,40 m	600:000
1	Outro terreno comprado a Domingos Ferreira que recebo em herança pelo valor	75,000
6	Quadras de sesmaria de campo, tendo por limite ao N o rio Uruguay, ao Sul uma restinga que faz barra no Uruguay ao Leste Fallos e (ilegível)	9:000,000
1	Terreno nesta cidade (Uruguaiana) sob nº 9 da quadra nº 83 à rua Riachuelo	500,000
	Monte mor:	32:100,000
	Custos:	1:300,000
	Monte fratível:	30:800,000

Fonte: Tabela produzida a partir do Inventário do Cônego Gay. CCPM, Inventário de João Pedro Gay, 1907. Livro de Inventários nº 05, p. 43-45.

Antes de nossas observações, precisamos fazer algumas considerações sobre a fonte. Ao realizarmos o levantamento bibliográfico, deparamo-nos com o fato de que, quase que exclusivamente, os inventários *post-mortem* só foram pensados no modelo que se apresenta antes da república (FRAGOSO; PITZER, 1988). Encontramos poucos trabalhos sobre inventários *post-mortem* no período republicano e para outras regiões do país (FERREIRA, 2016; OLIVEIRA, 2013).

Provavelmente o abandono dessas fontes para este período, pelo menos para o caso sul-rio-grandense, apresenta-se em função de sua objetividade, já que o documento iniciou apresentando o falecido e seu inventariante, a data do falecimento, seus herdeiros e a partilha. Para nosso caso ainda ficou mais complicado, pois o mesmo não deixou testamento. Acreditamos ser difícil acreditar nessa informação, ainda mais sendo o Cônego Gay bastante organizado e já possuindo idade avançada, falecendo aos 75 anos.

Algumas características são interessantes de se analisar no inventário, que dizem muito sobre o seu período de elaboração, mas também sobre o Cônego: as mulheres, em sua maioria, não são apresentadas enquanto maiores de idade e, quando o são, são apresentadas junto a seus cônjuges; pelos sobrenomes das famílias formadas a partir dos filhos e filhas do Padre Gay, percebe-se que ele realizou bons casamentos para seus filhos, tendo sobrenomes como Torres Homem, de Alcantara, Menna Barreto, famílias importantes na província e na Corte; a maioria dos filhos se encontrava residindo no sudeste brasileiro, havendo apenas uma filha residindo em Porto Alegre, assim como três netos, e uma neta morando em Quaraí.

Ainda assim, concordamos com as proposições sobre a fonte, de que se trata de uma fonte que sobre representa uma camada da sociedade, que realiza inventários, pois tem o que deixar. Mesmo com o custo do processo, ainda sobra pecúlio para ser dividido entre os

herdeiros. Não podemos corroborar totalmente com a afirmativa de que o inventário representa a fortuna do inventariado no período de sua morte (FERREIRA, 2016), já que se passaram 16 anos para a abertura do inventário, que durou dois anos. No caso, houve uma perda significativa na valorização dos seus bens, representada pelas palavras *em ruínas*, como aparece no documento.

Provavelmente essa situação se explica por ter ocorrido a Revolução Federalista (1893-1895) no Rio Grande do Sul e também pelos seus herdeiros terem saído de sua região de origem, provavelmente vivendo em condições confortáveis. Curioso ainda foram os herdeiros não apresentarem no inventário outros bens, como a criação de animais ou até mesmo a biblioteca do mesmo.

No entanto, tivemos acesso a outra fonte, que demonstra os bens do Cônego Gay a época da Guerra do Paraguai (1864-1870). Observemos agora a relação dos bens apresentada pelo próprio padre Gay, na tentativa de receber uma indenização da invasão paraguaia em Uruguaiana:

Tabela 2 – Prejuízo do Cônego Gay durante a Invasão Paraguaia (1865).

Item	Descrição dos bens	Avaliação
1	Biblioteca de mil e tantos volumes, contendo, além de muitos livros de teologia e de religião, uma completa biblioteca de medicina, muitos livros de ciência, livros mui raros e preciosos, a dez mil avalia-se	10:000
2	Coleção de livros guaranis antigos, edições esgotadas	5:000
3	Historié de la Republique Jesuitique Du Paraguay - concluída em 1864, com matéria para 2 grandes volumes	16:000
4	História da Republica Jesuítica do Paraguay com [...] 2º edição portuguesa concluída em 1865	16:000
5	Duzentos e tantos sermões compostos e escritos pelo cônego Gay com matéria para 8 grandes volumes	20:000
6	Novelle gramatique de leengue Guarany e tupy concluída em 1861, com notas autógrafas de S. Magestade o imperador do Brasil o sr. D. Pedro II	10:000
7	A mesma traduzida em português	10:000
8	Manual de conversation em francês, português, espagnolet Guarany	10:000
9	Dictionary de La leengue Guarany	21:000
10	Velho manuscrito histórico Guarany	21:000
11	Coleção de manuscritos e documentos oficiais e particulares desde o ano de 1842	15:000
12	Coleção de pedras e outros objetos curiosos	6:000
13	Coleção de plantas da comarca de S. Borja com sua descrição e com seus nomes em Guarany	8:000
14	Alfaias de igreja de propriedade Gay	1:000

15	Vestis eclesiásticas do cõnego Gay	1:000
16	Roupas de mesa e de cama	1:000
17	Utensílios de mesa e de cozinha	1:000
18	Quadros, espelhos, pratos, candelabros, móveis, cadeiras, relógios, estufa, [...] letras de música	8:000
19	Comestíveis, remédios	1:000
20	Mais de cem reses de criar mansas, escolhidas com bom número	188:000
21	De vacas leiteiras à 6:000 cada uma	600:000
22	Oitenta bois à 20:000 cada um	160:000
23	Uma carreta	160:000
24	80 éguas e potros à 5:000 cada uma	400:00
25	20 cavalos mansos à 16:000 cada um	320:00
26	15 mulas à 15:000 réis cada uma	255:00
27	Um rebanho de 200 ovelhas	200:00
28	Mobília de casa de chácara, instrumentos e cultura, de agricultura, ferramentas	500:00
29	Despesas ocasionadas pela invasão de paraguaios, gatos na emigração, lucros [...], tanto da capital como por estar o cõnego Gay impossibilitado de exercer suas funções paroquiais, créditos perdidos	18:000
	Total geral:	198.565:000

Fonte: Tabela produzida a partir do levantamento do Cõnego Gay sobre seus prejuízos. COLEÇÃO João Pedro Gay. IHGB. Lata 404. Documento 30²⁴.

Como se pode observar nesse documento, o Cõnego Gay faz menção à criação de animais e produção agrícola relativamente expressiva. Essa variedade de criação e de produção agrícola vai ao encontro com o que o historiador Leandro Fontella (2013) constatou ao analisar inventários *post-mortem*, “que a diversificação econômico-produtiva foi uma das principais características da Zona das Missões” (FONTELLA, 2013, p. 103).

Não havia uma predominância da criação de bovinos, como para a região de Alegrete (FARINATTI, 2007), mas sim uma economia muito mais diversificada, que tinha uma forte criação de muas, uma produção agrícola que era comercializada para outras regiões da Província, inclusive para Alegrete, e um forte comércio da erva-mate. Isso demonstra também uma melhor distribuição dos recursos produtivos da região, embora houvessem grandes proprietários.

Mas a maior parte de seu pedido de indenização enfoca sua biblioteca, coleções e manuscritos autorais, que, como apresentamos anteriormente, não foi mencionado no seu

²⁴José Honório Rodrigues (1954, p.79-81) também discorreu sobre esse documento de forma mais sintética. Jardim (2015) também se utilizou dessa fonte em estudo sobre a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul.

inventário. É importante ressaltar que muito provavelmente esse valor esteja além do valor real, já que o valor a ser ressarcido poderia ser menor do que o solicitado.

Ainda acreditamos que seja muito difícil que a riqueza produzida pelo Cônego em vida tenha diminuído tanto, já que o mesmo continuou ascendendo na hierarquia da igreja e se tornou Vigário de Vara de Uruguaiana em 1874, adquirindo propriedades também em Uruguaiana. Márcia Volkmer (2013) nos lembra que ele “tinha uma extensão de terras na Província de Corrientes, onde criava cavalos desde 1858” (VOLKMER, 2013, p. 57) e buscou adquirir outras, que também não foram inventariadas.

O Cônego Gay possivelmente tenha conseguido adquirir essas propriedades a partir das cômmodas e espórtulas que recebia enquanto pároco, obtendo pecúlio para as compras de terras e casas, assim como com alugueis de outras propriedades e com a produção em suas terras. Também pode ter contribuído o seu conhecimento com a prática do *uti possidetis*, como se percebe em sua obra *História da República Jesuítica do Paraguai* de 1863 (em especial, a primeira parte), assim como o próprio prestígio que foi obtendo no decorrer de sua carreira eclesiástica.

Provavelmente o inventário realizado em 1907 foi feito às pressas, muito mais para os herdeiros se verem livres dessa pendência do que por necessidades financeiras, pois havia a abertura de um edital para que se apresentassem os herdeiros do cônego Gay, sendo que suas terras iriam a leilão caso ninguém comparecesse ou enviasse representante após noventa dias, publicado no dia 11 de novembro de 1907 em *A Federação*²⁵. Provavelmente esse edital tenha levado ao início da abertura do inventário. Um estudo mais aprofundado, percebendo essas duas gerações, nos traria uma melhor compreensão da necessidade e o motivo da realização do inventário e porque alguns bens não entraram na partilha, sendo que não havia testamento. Infelizmente não conseguimos acesso a outras fontes que possam auxiliar nessa análise.

Por fim, foi interessante pensarmos o que significa essa distinção de Cônego, pois padres haviam muitos, mas Cônegos eram poucos. Mas afinal o que é um Cônego? É um título eclesiástico, que indica que o padre que o detém faz parte de um Cabido Catedralício, o que, a grosso modo, pode ser compreendido enquanto um *Senado do Bispo*, tendo longa tradição na igreja europeia e foi replicada na Colônia (RUBERT, 1998; LIMA, 2001).

²⁵ CCPM. UM SACERDOTE que fez História. *Jornal Cidade, Uruguaiana, 17 de jan. 2015, p. 10.*

Os integrantes desse “senado” desenvolveriam diversos tipos de trabalhos junto a diocese, precisando sair de suas paróquias e ir residir no local da diocese, podendo gerir o seminário, por exemplo, sendo responsáveis por questões administrativas da diocese e, na vacância do bispo, assumiam o bispado interinamente (LIMA, 2001).

No Rio Grande do Sul, o cabido só conseguiu ser estruturado a partir do bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888), que, segundo José Honório Rodrigues, em 1864, “ao visitar-lhe a paróquia, ofereceu-lhe uma cadeira em sua catedral, mas Gay preferiu permanecer em São Francisco de São Borja, para poder continuar seus estudos e escritos sobre a Língua Guarani e a história das Missões Jesuíticas” (RODRIGUES, 1954, p.77). Importante destacar a partir desta visitação que fora realizada, que o Bispo Laranjeiras provavelmente deveria estar ciente da situação em que o Cônego Gay se encontrava, não impedindo, o convite para o Cabido²⁶.

Muito provavelmente o bispo deveria ter notícia da existência da prole do Cônego Gay, o que não impediu o convite para o cabido, assim como possibilitou que durante sua administração o Cônego Gay fizesse novo concurso, sendo aprovado e logo na sequência tornando-se Vigário da Vara de Uruguaiana. Fato mais intrigante ainda pois foi nesse mesmo período dos anos 1870 que o Cônego Gay reconheceu os seus filhos por escritura pública, como já mencionado²⁷.

Como o Cônego não aceitou o convite, acreditamos em três hipóteses: adquiriu o título do bispo de Gap, Dom Nicolau Agostinho de La Croix, do qual foi protossecreário²⁸; adquiriu o título honorificamente, já que não constatamos sua presença no Cabido (RUBERT, 1998); ou conseguiu a distinção ao se tornar Cônego Honorário da Capela Imperial em 1861. Cremos que seja a mais provável porque passaram a identificá-lo como Cônego João Pedro Gay ao vencer o concurso nas notícias do *Jornal do Commercio*, *A Federação* e *a Estrella do Sul*. Outra possibilidade seria pelo jubileu sacerdotal, mas é uma hipótese descartável, pois o título de Cônego já aparece em documentação anterior com a distinção. Essa distinção demonstra a

²⁶ Para mais informações sobre essas possíveis denúncias que poderiam chegar até o conhecimento das autoridades eclesiásticas, ver o texto do historiador Ronaldo Vainfas (1986) sobre a denúncia dos pecados ao Inquisidor, em que o autor realiza um exercício entre a relação da delação e da moralidade.

²⁷ Como nos lembra a historiadora Ieda Lewkowicz, “os desvios de conduta se deram não só pelas peculiaridades da organização social da Colônia [e do Império], mas por projetos familiares que visavam assegurar posições na hierarquia social através da Igreja, de legar patrimônios ou, ainda, de manter ou de formar alianças políticas” (LEWKOWICZ, 1987, p. 68). Sobre o concubinato e os filhos ilegítimos, ver também o texto de Renato Pinto Venâncio (1986).

²⁸ Padre João Pedro Gay sempre foi citado assim nas notícias do *Jornal do Commercio*, desde sua chegada no Brasil até 1861.

influência que o padre Gay detinha na Província, pois se encontrava abaixo apenas do Vigário Geral e do próprio Bispo hierarquicamente, estando acima de outros padres e Vigários de Vara (RUBERT, 1998; 2005; LIMA, 2001; HASTENTEUFEL, 2006).

Portanto, Cônego Gay era um padre contratado pelo Estado imperial brasileiro para exercer sua atividade na vila de São Borja e posteriormente, em Uruguiana, como reforça a passagem a seguir:

É mui triste viver em uma sociedade em que muitos de seus membros [ilegível] abnegação ao [ilegível] para ocuparem se [...] existe da materialidade. E mui triste ser *empregado público* em um município aonde [...] em gigantes e aonde uma parte dos indivíduos tanto em [função] de *empregados públicos* como [ilegível] das funções papais. [Precisaria] ser santo, digo mas porque para ser santo é mister cumprir com as obrigações de seu estado, seria necessário ter uma paciência angélica para ver com olho impassivo as coisas que se passam na [ilegível] vila de São Borja e em seu município. Eu não posso [ilegível] que por meu emprego tenho [ilegível] que sustentar que tenho que promover o bem estar e as conveniências dos povos, [ilegível] tanto de [a prudência?] de individuo particular me a [contesta?] de calar-me a minha posição oficial me [ilegível] pois o dever de falar. Venho e novo, Ex.mo Pres. Da [Província?] suspeita a [...] desta terra de São Borja a que [...] informou a V. Ex.cia sobre os limites que devem ter esta freguesia de S. Fran.co de Borja e a de São Patrício de Itaqui. Nos lugares mais remotos do centro do governo como este não se é de estranhar que a lei que tudo [anima] e [vivifica] não faça [ilegível] suas... (IHGB, Lata 406, Documento 24, 11 de julho de 1853). (grifos nossos).

Interessante ainda é a expressão *funcionários eclesiásticos* apresentada por Graça Salgado (1985) que ajuda a reforçar essa ideia de funcionário do estado. Essas cartas aos Presidentes da Província são recorrentes, principalmente com a grande rotatividade que houve na Província de São Pedro após o fim da Farroupilha em 1845. Cada novo presidente recebia uma correspondência do Cônego Gay em que lhe desejava as boas-vindas e se colocava à disposição do novo presidente, ou, como nesse caso, informando problemas na região. No próximo item passamos a compreender o que foi o padroado e a (re) organização eclesiástica na Província.

3. DE VIGÁRIO ENCOMENDADO À VIGÁRIO COLADO: O funcionamento do Padroado a partir de elementos da carreira eclesiástica do Cônego Gay

Neste segundo capítulo se discutirá o padroado no Brasil enquanto uma categoria explicativa de casos como o do Cônego Gay. Para isso, é preciso retomar questões contextuais e normativas ainda do período Colonial, reiteradas pelo o Império do Brasil, como as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Também se apresentará a (re) organização eclesiástica da Província de São Pedro, buscando demonstrar como o Padroado funcionava, os mecanismos que eram acionados e quando o eram.

Passamos a refletir sobre a historiografia produzida sobre a história da Igreja no Brasil, retomando a discussão inicial apresentada na introdução, assim conhecendo em que contexto se apresentava a Igreja Católica no Oitocentos.

Estudos como o de Oscar Lustosa (1977), Eduardo Hoonart (1979; 1982), Maria Valéria Rezende (1987) dedicaram-se a analisar a igreja durante o período Colonial, apresentando as dificuldades que esta tinha em administrar em função do padroado e o abandono em que as capelas se encontravam. Ainda como se deu essa formação de um *catolicismo popular* muito influenciado pelo regalismo português²⁹, em que os clérigos viviam em situação igual ou pior a da população mais pobre, tendo dificuldades na evangelização, em ministrar os sacramentos e muitas vezes vivendo fora das regras da Igreja. Catolicismo esse caracterizado pelo culto individualizado, sem a necessidade de um clérigo na mediação com os sacramentos, apresentando o baixo clero, principalmente, de forma muito mundana e imoral.

O historiador Alexandre Karsburg (2007), quando analisou as devoções religiosas praticadas na freguesia de Santa Maria da Boca do Monte, durante o século XIX, constatou que “havia religiosidade entre a população, e que essa reinterpretava, à sua maneira, a liturgia oficial

²⁹ Segundo Antônio Carlos do Amaral Azevedo, o regalismo “foi um movimento transformado em doutrina, através da qual se caracterizava o relacionamento entre o Estado e a Igreja no tocante aos direitos de ambos. O regalismo procurava definir as prerrogativas do rei que, segundo os formuladores e defensores da doutrina, possuía regalias (donde o termo) próprias à pessoa e ao exercício do cargo. Já desde o século XIII as regalias haviam se incorporado aos direitos da monarquia francesa, encontrando logo firme oposição do papado. No decorrer dos séculos seguintes, principalmente entre os séculos XVI e XVIII, uma série de assuntos constituiu matéria de permanente conflito envolvendo o poder secular e o espiritual, entre os quais o patronato e o direito dos soberanos aprovarem ou não decisões da Igreja (*placet*). O regalismo encontrou terreno particularmente propício na administração colonial espanhola e portuguesa. Os reis ibéricos desfrutaram sempre de inúmeras regalias nos territórios conquistados, considerando-se, por direito proprietários de praticamente tudo que existisse no Novo Mundo, inclusive as riquezas ali encontradas, em estado bruto ou beneficiadas. O regalismo assumiu especial intensidade no decorrer do absolutismo, quando os monarcas que o exerciam reivindicavam o direito de intervir e mesmo de reger a administração eclesiástica. No Brasil, a chamada Questão Religiosa constituiu manifestação do regalismo, apoiada em dispositivos constitucionais” (AZEVEDO, 1999, p. 386).

da Igreja Católica, [o que] serve para rebater o discurso que considerou o povo santa-mariense ‘descrente’ ou de ‘escassa religiosidade’ (KARSBURG, 2007, p. 35). Perspectiva esta rebatida por Alexandre Karsburg (2007), Fábio Kühn (1998) e outros, que perdurou durante muito tempo na historiografia sul rio-grandense que via uma falta de religiosidade na Província, em função de sua importância enquanto fronteira e os constantes conflitos bélicos (PESAVENTO, 1980), justificando que não haveria tempo para que se ministrassem os sacramentos, tendo por base, muitas vezes, apenas os relatos de viajantes europeus.³⁰

Essa perspectiva de falta de religiosidade não faz sentido, visto que na hierarquia católica existiu o capelão, que, na prática, era um padre que tinha liberação eclesiástica para se envolver em conflitos bélicos, muito comuns até a Revolução Farroupilha (1835-1845) (HASTENTEUFEL, 2006). Essas leituras não compreendiam essas reinterpretações dos ritos católicos e as desconsideravam enquanto religiosidade. Quando a historiografia começou a perceber esses ritos enquanto crença, trataram a partir da perspectiva citada a cima, do *catolicismo popular*, trazendo toda uma carga negativa para essas vivências religiosas, ao mesmo tempo anacrônica, já que estavam a perceber esses ritos a partir de seus contextos (de uma igreja hierárquica, com forte instrução e os ritos coordenados unicamente por clérigos) e não a partir do contexto das devoções³¹.

Assim, “as características dessas devoções realmente não se encaixavam no perfil do catolicismo ortodoxo, romano, ultramontano (...). E também estavam distantes do modelo de vivência religiosa almejado pelas elites” (KARSBURG, 2007, p. 35). O autor ainda constatou que “havia um tipo de religiosidade que se convencionou chamar de *catolicismo luso-brasileiro* (...), formado à margem da Igreja Católica, com total autonomia dos leigos” (KARSBURG, 2007, p. 35). Desta forma, corroboramos com a noção de catolicismo luso-brasileiro para compreendermos a religiosidade no século XIX na Província.

É nesse contexto de disputa pelo tipo de catolicismo a ser seguido, ainda no período Colonial, que surgem as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* em 1707, fruto do Sínodo da Arquidiocese da Bahia, realizado pelo Bispo Dom Sebastião Monteiro da Vide, devido a expansão que a Igreja se encontrava no Brasil (LIMA, 2001), já que “em 1676, com a fundação das dioceses do Rio de Janeiro e Olinda, a Sé da Bahia se tornou arcebispado. Desde logo, colocava-se o desafio de organizar um sínodo provincial, como Trento previa para todos

³⁰Para mais informações sobre essa discussão ver KARSBURG, 2007, p. 70-75 e 147-150; KÜHN, 1998.

³¹ Exceções dessas análises foram os trabalhos de Laura de Mello e Souza (1986) e Ronaldo Vainfas (1997).

os arcebispados” (HASTENTEUFEL, 2006, p.23). Com a criação de novas dioceses impulsionadas pela reforma tridentina, fruto do Concílio de Trento (1545-1563), a Bahia foi elevada a arquidiocese. Uma das orientações era que se realizasse esse encontro das dioceses e se redigisse essas normativas, assim, as *Constituições* se tornaram “o ponto de referência, uma espécie de diretório canônico e pastoral para a Igreja do Brasil, vigorando até o advento da República” (HASTENTEUFEL, 2006, p.23).

As *Constituições* foram divididas em cinco livros, compostos de 279 títulos que abarcam praticamente todas as questões referentes à legislação canônica. Em síntese, pode-se dizer que o livro I versa sobre *a fé e os sacramentos*; o livro II, das *celebrações litúrgicas*; na sequência, o livro III trata sobre *o clero e aos benefícios eclesiásticos*; o livro IV disserta sobre os *privilégios e das obrigações dos clérigos*; e o livro V sobre as *penas e irregularidades*. Fábio Kühn (1996) aponta que:

A principal finalidade das *Constituições* era servir como um repositório de informações que deveria estar ao alcance dos párocos, orientando-os nas suas resoluções de acordo com os ditames das prescrições tridentinas. Sabiam muito bem os autores desta legislação da necessidade de melhor orientação dos sacerdotes, pois o pré-requisito básico para que fosse alcançada a reforma da fé e dos costumes que se pretendia impor era a reforma da vida eclesiástica (KÜHN, 1996, p. 22).

Ainda o autor coloca que “esta tentativa da Igreja de implantar a reforma tridentina no Brasil Colonial, pautando-se pelas *Constituições*, fica patente nas cartas pastorais e capítulos de visita” (KÜHN, 1996, p. 22) que analisou durante a sua dissertação.

Já George Boehrer (1970), em texto clássico sobre a Igreja no Segundo Reinado, procurou analisar a Igreja nesse contexto, demonstrando os conflitos existentes entre o Estado e essa ainda no período Colonial. É consenso entre os pesquisadores que, a partir do Segundo Reinado, houve uma revitalização do ideal ultramontano, que buscou combater a estagnação e a pobreza da Igreja e a decadência de seus clérigos (BOEHRER, 1970; LUSTOSA, 1977; BEOZZO, 1985).

Segundo Alexandre Karsburg,

o ideário ultramontano, ou ultramontanismo, foi uma reação da Igreja Católica aos avanços das ideias iluministas na Europa do século XIX. Esse conflito aumentou à medida que o poder temporal dos papas foi sendo questionado e eliminado. O termo

designava também uma orientação política da Igreja Católica Romana, que era a favor de uma maior concentração do poder eclesiástico nas mãos do papa, o que de fato foi instituído com o dogma da Infalibilidade no primeiro Concílio do Vaticano, em 1870. (KARSBURG, 2007, p. 29).

Ainda, Alexandre Karsburg complementa essa noção trazendo Antônio Carlos do Amaral Azevedo:

O termo ultramontano foi usado pelos franceses para indicar que, na visão deles, o papa vive após as montanhas. Mas é no seu ideário que o termo ganha força. Diz respeito à política de Pio IX e sua busca em centralizar as decisões na figura do Sumo Pontífice, submeter fiéis e clero à hierarquia, tendo o papa como infalível (AZEVEDO *apud* KARSBURG, 2007, p. 29).

Para Vitor Biasoli (2010), a origem do ideário ultramontano está no processo revolucionário francês de 1789, e “a Igreja Católica estava acuada e reagiu aos ataques com os meios legais disponíveis (...)” (KARSBURG, 2007, p. 28). Os ideais ultramontanos (infalibilidade do papa e submissão dos fiéis e clero à hierarquia, basicamente) começam a se introduzir no país após a participação de bispos brasileiros no Concílio Vaticano I (1869-1870), sendo essas ideias uma das causas da Questão Religiosa³² durante o Império, passando por um processo de ascensão após a proclamação da República e consolidação na primeira metade do século XX. (BIASOLI, 2010, KARSBURG, 2007).

Esse processo não foi nenhuma novidade, pois a Igreja tentou impor durante todo o período Colonial uma reforma tridentina de moralização dos costumes, hierarquização e melhor formação do clero, como bem demonstrado por Ronaldo Vainfas (1997) em estudo clássico

³² Segundo Antônio Carlos do Amaral Azevedo, a Questão Religiosa “também conhecida como questão episcopomaçônica; crise ocorrida entre a Igreja Católica e a monarquia brasileira entre 1872 e 1875. As relações entre o Estado e a Igreja eram, de longa data, reguladas pelo sistema de padroado, que dava ao imperador não só o direito de indicar os prelados destinados a ocupar os cargos eclesiásticos importantes como o de aprovar ou não os atos da Santa Sé nesse sentido. Na verdade, por força do padroado, instituído a partir do século XIII, o governo exerceu grande influência na administração eclesiástica, influência mantida após a independência brasileira e durante o império. A essa situação, acrescentava-se o crescente prestígio da maçonaria, na qual o sentimento anticlerical aflorava com frequência, muito embora vários padres fossem maçônicos. Não obstante, clérigos e maçônicos viviam em harmonia até que o papa Pio IX promulgou, em 1864, a encíclica *QUANTA CURA* acompanhada de um anexo, o *SYLLABUS* (palavra grega, latinizada, geralmente traduzida como “lista de erros”). A bula, que procurava fortalecer o papado, anatematizava a maçonaria, tornando-se logo no Brasil, objeto de vivas discussões, até porque, ao pregar a inconveniência de católicos frequentarem as obediências, o documento atingia a própria família real, de que vários integrantes eram maçônicos. Dois importantes bispos brasileiros, D. Vital, de Olinda, e D. Macedo Costa, do Pará, começaram a cumprir à risca os termos do texto papal, o que provocou imediata reação do império. Adotando os mecanismos legais que possuía, inclusive, constitucionais, o imperador determinou a detenção dos dois religiosos que, submetidos a julgamento, foram condenados a quatro anos de prisão, penalidade cumprida apenas por um ano, pois foram libertados por anistia” (AZEVEDO, 1999, p. 377-378).

sobre a sociedade colonial. Assim como também demonstrou Fábio Kühn (1996) em sua dissertação de mestrado sobre a tentativa de reforma tridentina do bispado do Rio de Janeiro no Rio Grande de São Pedro no final do século XVIII e início do XIX, o que corrobora com a noção de que a expansão territorial do Império Português se deu atrelada à expansão da fé católica (HASTENTEUFEL, 1987; 2006; KÜHN, 1996; LIMA, 2001; RIBEIRO, 2014).

Dois marcos se mostraram importantes para a historiografia do Rio Grande do Sul: a criação da diocese na Província em 1848 pelo Papa Pio IX, que assumiu a tarefa da reorganização eclesiástica influenciado pelos ideais ultramontanos, sendo um dos resultados desse papado e que buscou atingir esse resultado com a criação de novas dioceses, expandindo assim a religião pelo Império (HASTENTEUFEL, 2006; RIBEIRO, 2014). O segundo, considerado como auge da pujança do ultramontanismo para todos os estudos até o momento citados, a Questão Religiosa (1873-1875), que evidenciou uma nova geração de bispos mais fiéis e conectados à Roma do que ao Imperador. Como salienta o historiador Alexandre Karsburg, a Questão Religiosa “foi um dos fatos mais estudados pela historiografia brasileira para salientar a decadência do padroado e as transformações na relação entre Estado e Igreja no período final do Império” (KARSBURG, 2007, p. 62).

Uma das dificuldades do trabalho foi exatamente este recorte temporal, pois, por mais que nosso trabalho se enquadre no Segundo Reinado, todos os estudos que se dedicaram a analisar a Igreja no Rio Grande do Sul tiveram como ponto de partida da Questão Religiosa em diante, tematizando suas análises a partir do conflito da Igreja com o Estado ou da Igreja com outros setores da sociedade (maçons, protestantes, por exemplo) (VÉSCIO, 2001; KARSBURG, 2007; BIASOLI, 2010). Não há estudos que percebam conflito no interior do grupo católico, muito menos que complexifiquem a noção do Padroado, sempre apresentado de forma simplista e reducionista.

3.1 O PADROADO E A (RE) ORGANIZAÇÃO ECLESIÁSTICA NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO

Em função das considerações apresentadas até aqui, acreditamos que seja necessário retomarmos a discussão sobre o padroado. Por este sistema, “a Igreja ficava sob o controle permanente do Estado. A monarquia promovia, transferia ou afastava clérigos; decidia e arbitrava conflito nas respectivas jurisdições das quais ela própria fixava os limites”

(AZEVEDO *apud* KARSBURG, 2007, p. 30). Maurilio Cesar de Lima, quando reconstituiu a origem do padroado, atrelou sua origem à Ordem de Cristo em Portugal que “na propagação e defesa da fé católica, o papa Calisto III, através da bula *Inter coetera*, de 13/03/1456, concedeu amplos privilégios de Padroado nas terras que viessem a ser descobertas sob o patrocínio dessa Ordem” (LIMA, 2001, p. 22).

Ainda o “*lus patronatus* (Direito de Padroado) é uma praxe canônica oriunda do Direito Germânico”, sendo que “por concessão pontifícia, os fundadores de igrejas dispunham da prerrogativa especial de apresentarem os ministros das igrejas à autoridade religiosa para a devida confirmação, e de receberem os dízimos das respectivas igrejas” (LIMA, 2001, p. 23). A ideia original que nos apresenta este autor é de que o padroado seria um privilégio ou concessão dada pela igreja que os juristas portugueses, juntamente com os reis, tomaram enquanto direito próprio, usado posteriormente pelos imperadores brasileiros após a Independência do Brasil (1822), com o artigo quinto da Constituição do Império do Brasil de 1824, que apresentava que a “Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império” (CONSTITUIÇÃO, 1824, Artigo 5)³³.

Para Zeno Hastenteufel, o direito de padroado foi concedido pela bula *Eximiae vestrae devotionis*, do Papa Xisto IV, no dia 01/08/1481, sendo que esta bula “representava a união pessoal e perpétua do Grão Mestre da Ordem de Cristo ao Rei de Portugal” (HASTENTEUFEL, 1987, p. 98). Hastenteufel elencou em seu texto quais os privilégios que os reis passaram a exercer com o Padroado:

- a) O direito de apresentação dos candidatos a ocupante de cargos na hierarquia eclesiástica, como o de Bispos, Cônegos, Arcediago e muitos outros; o Rei os apresentava, mas o Papa seria livre para nomeá-los ou não, tratando-se de Bispos;
- b) O direito de apor o “Placet” (também se usava a expressão “Exsequantur”) aos documentos e atos da Santa Sé. Este direito foi sempre contestado pela Santa Sé, mas assim mesmo estava em vigor, até a abolição da Lei do Padroado;
- c) O direito de aceitar recursos contra decisões dos Bispos e julgá-los em Tribunais estabelecidos pelo Governo;
- d) O direito de cobrar do povo católico os dízimos, e, em contrapartida, a obrigação de pagar um salário (ou cônica) aos Bispos e Vigários, além do dever de proteção às Ordens Religiosas. (HASTENTEUFEL, 1987, p. 98-99).

³³Manifestou-se ainda no artigo 102, das seguintes maneiras: no parágrafo II em que o governante detinha o direito de “nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos” (CONSTITUIÇÃO, 1824, Artigo 102, Parágrafo II) e no parágrafo XIV que versava sobre “conceder ou negar beneplácito aos Decretos dos Concílios e Letras Apostólicas, e quaisquer outras Constituições Eclesiásticas, que não se opuserem à Constituição; e, precedendo aprovação da Assembleia, se contiverem disposição legal” (CONSTITUIÇÃO, 1824, Artigo 102, Parágrafo XIV).

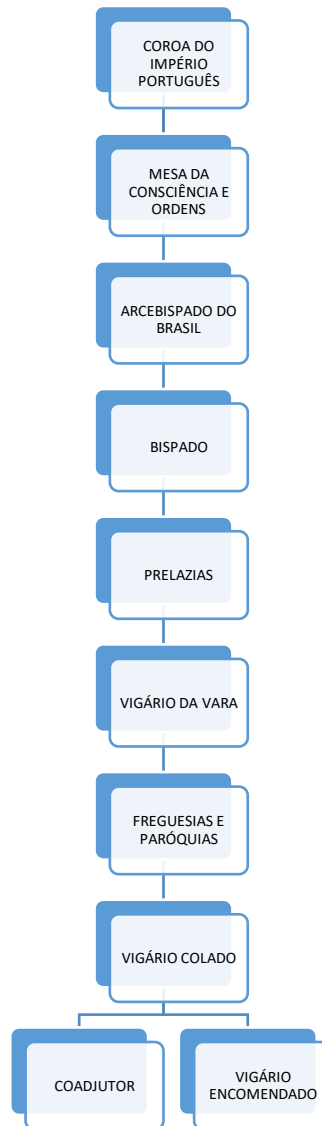
George Boehrer observou que, durante o período monárquico, houve uma tentativa por parte do Estado “em tornar a Igreja uma simples repartição pública, situação essa que os bispos passaram a denunciar, dizendo que o governo queria que os membros da Igreja fossem passivos e cegamente submissos a uma sequência de ministros imperiais” (BOEHRER, 1970, p. 153). cremos que essa proposição contribuiu para a naturalização da noção do padroado, tomando esse sistema como simplista e perdendo sua complexidade pela historiografia subsequente.

Segundo José Murilo de Carvalho, “durante o Império o governo insistiu em não abrir mão do controle da Igreja, pois, além de ser ela um recurso administrativo barato (...), possuía grande poder sobre a população, de que o governo indiretamente se beneficiava” (CARVALHO, 1996, p. 171). O autor ainda escreveu que “o padroado gerava uma indisposição gratuita com a elite eclesiástica, já que esse sistema administrativo que a Coroa adotava não funcionava satisfatoriamente” (CARVALHO, 1996, p. 384). O autor ainda discorre, em um capítulo dedicado aos padres e outros grupos, que estes seriam um dos motivos que atrapalhavam a consolidação do poder, ou, nas palavras do autor, para a *construção da ordem*. Não corroboramos com esta análise. cremos, a partir dos elementos que a trajetória do Cônego João Pedro Gay nos apresenta, que o clero contribuiu para consolidação do poder e a própria manutenção da Fronteira, pelo menos, para o caso sul rio-grandense, quando, por exemplo, pensarmos nos concursos eclesiásticos e a sua realização na Fronteira após 1845 com padres fieis a Corte.

Por fim, “o padroado foi criado nas monarquias ibéricas, a partir do século XII, com o propósito de estabelecer aliança entre os reis e a Igreja”. Sendo que “o padroado português consistia na concessão de privilégios e direitos à Igreja, colocando as missões eclesiásticas na África, na Ásia e Brasil sob o controle da Coroa”. Por meio desse sistema “a monarquia portuguesa promovia, transferia ou afastava clérigos, decidia e arbitrava conflitos nas respectivas jurisdições religiosas. No Brasil colonial (e, mais tarde, no período imperial), o clero ficou sob controle permanente do Estado”³⁴ (AZZI *apud* BIASOLI, 2010, p. 21).

³⁴ Para maiores informações sobre a administração eclesiástica durante o período colonial, ver SALGADO, 1985. Sobre as mesas da consciência e ordem ver o trabalho de Guilherme Pereira Neves (1997).

Organograma 01 – Administração eclesiástica do Brasil Colônia



Fonte: elaborado pelo autor a partir de Graça Salgado (1985).

A criação da diocese no Rio Grande de São Pedro, como já mencionado, ia ao encontro com o projeto de reforma tridentina e de expansão territorial do Império (RIBEIRO, 2014). Também, como aponta Alexandre Karsburg, que

Uma das formas de tentar organizar melhor administração da província veio com a criação da diocese de São Pedro do Rio Grande, com sede em Porto Alegre, no ano de 1848. Sendo um local de fronteira, a iniciativa em criar um bispado na parte mais

meridional do Brasil indica que o governo monárquico estava empenhado em agregar, de uma vez por todas, a província ao Império brasileiro, além, é claro, de estender o seu controle na região. Esta maneira de organização revela o tipo de relação que existia entre a Igreja e o Estado, estando a primeira a serviço do segundo. Uma vez que os párocos exerciam função de funcionários públicos, e eram os únicos que estavam nos recônditos mais distantes do país, era desse modo que se dava a administração do Brasil, pelo menos enquanto o padroado prevalecesse (KARSBURG, 2007, p. 73-74).

Assim, a partir do ano de 1853, assumiu a diocese o bispo Dom Feliciano José Rodrigues Prates (1853-1858), iniciando as reformas necessárias para um clero mais adequado, como a criação do primeiro seminário em Porto Alegre, influenciado pelos motivos já mencionados anteriormente (HASTENTEUFEL, 1987). O próprio processo de criação de diocese passava por acordos entre a Assembleia Provincial, o Conselho de Estado e a Santa Sé, acabando por ser mais um exemplo do funcionamento do Padroado e das negociações desse sistema (HASTENTEUFEL, 1987). Ao tomar posse, o bispo visou à organização paroquial, reorganizando as Comarcas Eclesiásticas³⁵ na Província, criando, por exemplo, a Comarca de Uruguaiana, onde o Cônego Gay prestaria concurso anos depois e se tornaria o vigário da Vara de Uruguaiana.

³⁵A criação dessas Comarcas vinha a responder uma exigência de ordem prática, em função da extensão da Província e da Sede do Bispado. Segundo Dom Zeno Hastenteufel, as comarcas neste contexto “eram uma verdadeira estratégia pastoral. Os Vigários da Vara, também chamados de Forâneos, tinham jurisdição especial, para dispensar certos impedimentos matrimoniais e para conceder certas licenças e assim se evitava recorrer sempre ao Bispado. Era, pois, uma política de descentralização, que reduzia o tempo necessário para resolver casos eclesiásticos, e que aliviava a gestão direta do Bispo. Pela falta de clero e pela situação muito precária em que estavam as igrejas (...), as Comarcas Eclesiásticas tiveram uma importância decisiva na criação de novas Paróquias” (HASTENTEUFEL, 1987, p. 147-148). Compreende-se enquanto Comarca “um território que compreende um certo número de vilas e paróquias, em continuidade geográfica. É uma divisão eclesiástica, onde várias paróquias, de uma mesma Diocese, formam uma Comarca. No lugar de Comarca, usava-se também o termo “Vara” e “Vigário da Vara” que era o Pároco da Sede da Comarca ou Vara” (MORAES DA SILVA apud HASTENTEUFEL, 1987, p. 147). Para mais informações sobre essas discussões sobre organização administrativa na Província ver FLÓRES, 2012, p. 83-100.

Figura 02 – Dom Feliciano José Rodrigues Prates



**Fonte: RUBERT, 2005, p. 384.
Dom Feliciano foi Bispo da Província de São Pedro de 1853-1858.**

Zeno Hastenteufel nos esclarece ainda que:

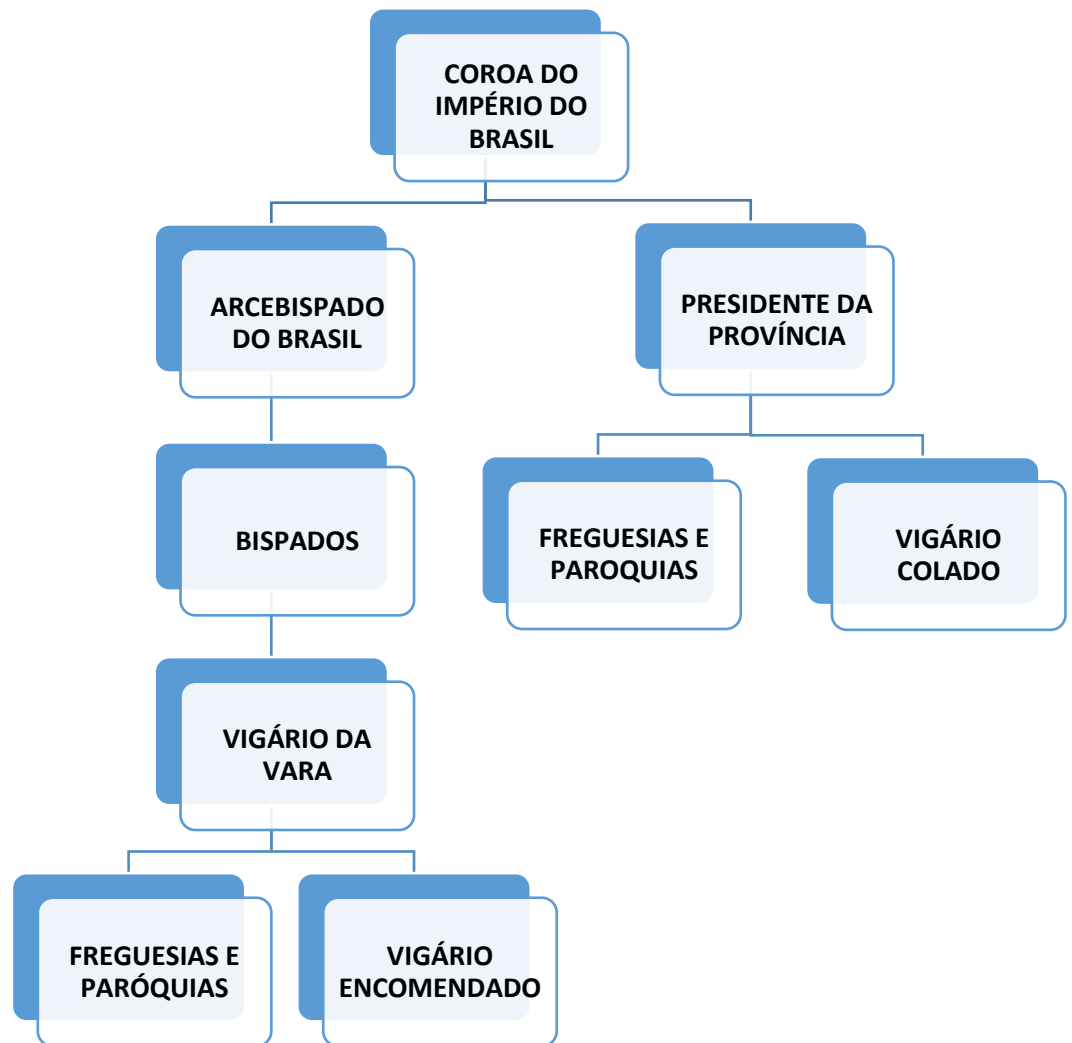
- Capela é uma pequena casa de oração que se encontra em um povoado, onde o sacerdote, vindo de outra Freguesia ou Curato, celebra os sacramentos, esporadicamente.
- Capela Curada ou Curato é uma destas Capelas, porém, com um Cura, fixo e residencial, não sustentado pelo Governo. A comunidade deveria lhe prover o sustento.
- Freguesia ou Paróquia é um povoado maior, com uma igreja matriz, atendida por um pároco residencial, também chamado Vigário, nomeado pelo Bispo e assalariado pelo Governo da Província.
- Este Vigário podia ser “colado”, isto é, com estabilidade garantida, ou “encomendado”, ou seja, provisório, em condições de ser transferido a qualquer momento. Além disso, havia ainda o “Vigário de Vara” ou “Vigário Forâneo” que exercia alguma jurisdição sobre toda uma Comarca Eclesiástica (HASTENTEUFEL, 1987, p. 199).

É importante ter em mente que quando falamos em clero diocesano ou paroquial, estamos nos referindo para além do Bispo. Acreditamos que dom Zeno Hastenteufel se

equivoca ao conceituar que os párocos eram “nomeado (s) e pago(s) pelo Governo”. Nem todos recebiam seus vencimentos pelo governo, dependendo da titulação que possuíam. Apresenta ainda que “havia a nomeação provisória, quando se chamava ‘encomendado’ ou nomeação definitiva, após passar por concurso, e então se chamava ‘colado’” (HASTENTEUFEL, 2006, p. 16).

Alexandre Karsburg corroborou com a proposição de George Boehrer que “a estratégia da Igreja Católica no Brasil para ter algum poder sobre os vigários durante o período imperial, época em que o padroado imperava, era nomear os padres como encomendados (BOEHRER *apud* KARSBURG, 2007, p. 55). Cremos que se essa prática, por mais influência na disputa do Estado com a Igreja se efetivou, foi mais corrente até a Farroupilha (1835-1845), pois após a pacificação do conflito ocorreram inúmeros concursos eclesiásticos para a região, ou seja, depois do Cisma da Igreja no Estado, ocasionado pela disputa. O padre Antonio Gomes Coelho do Valle foi nomeado em 1844 para Alegrete; o próprio Cônego Gay em 1849 para São Borja, curatos estratégicos no fortalecimento da fronteira (HASTENTEUFEL, 1987; LIMA, 2001; RUBERT, 1998). Para comprovarmos tal situação na região e na própria província, faz-se necessário ainda um estudo empírico mais aprofundado, que comprove ou refute as afirmações feitas por George Boehrer.

Organograma 02 – Administração eclesiástica do Brasil Imperial.



Fonte: elaborado pelo autor.

Por fim, a criação da diocese também serviu aos interesses da Igreja Católica no Brasil, que buscou dar continuidade a reforma tridentina na Província, que se iniciou em fins do século XVIII, quando os bispos do Rio de Janeiro fizeram visitas pastorais esporádicas (KÜHN, 1996). Assim, a presença da Igreja Católica na província do Rio Grande de São Pedro deu-se, “definitivamente e sem interrupções, a partir de 1848, com a criação da diocese em Porto Alegre, e seria um grande avanço para as pretensões dos chamados bispos reformadores³⁶” (KARSBURG, 2007, p. 74-75).

³⁶Segundo Alexandre Karsburg, “os bispos reformadores eram, em sua maioria, brasileiros formados na Europa sob supervisão direta de Roma e do papa. Voltavam para o Brasil com uma proposta bem definida: reformar os costumes religiosos da população, submeter os fiéis à hierarquia, organizar irmandades, confrarias, devoções e procissões e, como princípio imediato, controlar o clero paroquial, eliminando a sua autonomia. Esses bispos deviam obediência ao papa e as suas normas, e não ao imperador ou às leis brasileiras. Tendo por base tais princípios, dom Vital e dom Macedo Costa deram início à Questão Religiosa (1873-1875), revelando a

Retomemos os concursos eclesiásticos mencionados acima. Max Ribeiro, escrevendo sobre as *Constituições*, nos lembrou que “uma das disposições das constituições baianas era a previsão da construção de capelas para que se difundissem os fundamentos do catolicismo nos mais remotos lugares da colonização lusitana” (RIBEIRO, 2014, p. 1559). Para que tal movimento se efetivasse eram necessários mais padres à medida que iam aumentando os números de capelas. Quando essas foram criadas, eram indicados párocos, que, como apresentamos, poderiam ser colados ou encomendados. A partir de agora vamos discutir esses concursos de vigários colados³⁷.

O título XXII, do livro 3 das *Constituições*, versava sobre o *provimento das igrejas*, indicando, já nos primeiros parágrafos, a relação do Estado e Igreja, em que o imperador (do império português no período de elaboração das constituições, depois os do Império do Brasil) detinha o direito de indicação dos bispos, mas a escolha dos párocos das igrejas fugia a sua alçada, como podemos ver a seguir:

Ainda que aos Bispos em suas Dioceses pertence, conforme o direito Canônico, a provisão, colação, e instituição das Igrejas, e Benefícios sitos nelas, com tudo esta regra se limita nas Igrejas, e Benefícios que são do Padroado; e como todas deste Arcebispado, e mais Conquistas o sejam por pertencerem á Ordem, e Cavalaria de nosso Senhor Jesus Cristo, de que S. Majestade é Grão Mestre e perpetuo Administrador não incumbe aos Ordinários Ultramarinos mais que a colação, e confirmação dos Clérigos, que S. Majestade apresenta (VIDE, 1853, p. 200).

Dom Sebastião Monteiro da Vide ainda comentou que o Imperador abria mão da prerrogativa de gerir os concursos eclesiásticos, acatando as recomendações do Concílio de Trento, limitando-se a realizar as colações e apresentações dos padres, como se percebe a seguir:

Mas porque S. Majestade com zelo, piedade, e suma religião costuma permitir-nos o uso desta regalia, atendendo mais ao útil das Igrejas, e bem de seus Vassalos, que a este seu supremo domínio, e querendo em tudo conformar-se com o que dispõem o Sagrado Concilio Tridentino, concede aos Bispos a faculdade de proverem as Igrejas,

incongruência da relação Estado e Igreja. No Rio Grande do Sul, após a Proclamação da República, destacou-se dom Cláudio Ponce de Leão como exemplo de bispo reformador” (KARSBURG, 2007, p. 75).

³⁷Esses concursos eclesiásticos ainda não foram explorados pela historiografia, mas demonstram um caminho fértil para pesquisas, já que nesses documentos se conseguem traçar alguns dos contatos civis dos clérigos, a relação do Estado e da Igreja na vigência do padroado, as distinções que são invocadas para se destacar no concurso, a movimentação desses clérigos pela província, podendo apontar inclusive as regiões mais interessantes para se instalar, dentre tantas outras possibilidades.

precedendo concurso a elas, para que sejam providas de Párcos idôneos, e dignos de exercitarem as gravíssimas obrigações do officio Pastoral (VIDE, 1853, p. 200).

Percebe-se as constantes negociações entre a Igreja e o Estado imperial, muitas vezes quase que “diplomáticas”, que garantiam o funcionamento do padroado. Já que possuíam a prerrogativa de realizar os concursos paroquiais, a normativa indicada por Dom Sebastião Monteiro da Vide era de que

Ordenamos, e mandamos, que em qualquer tempo que vagarem as Igrejas Paroquiais³⁸ por qualquer modo, e via que seja, se ponha em concurso por edito publico para serem providas, e que em termo de trinta dias (...) se apresentem todos os que quiserem serem opositores e tiverem as partes necessárias os quais serão analisados por ao menos três examinadores. (...) E dos aprovados escolheremos o mais digno, cuja idoneidade e capacidade não se deve regular só pela ciência, mas também pela mais partes e requisitos necessários, e a este proporemos a S. Majestade, para lhe mandar passar carta de apresentação na forma de suas Reais Provisões, que costuma a conceder aos Bispos Ultramarinos, e pela tal carta será confirmado, e colado na forma de direito (VIDE, 1853, p. 201).

Assim se apresentava o processo de concurso eclesiástico, que ainda era composto pelos seguintes requisitos:

Inquirição pública ou secreta pela qual conste de sua virtude e honestidade, bons costumes, exemplo e limpeza de sangue e que não são Regulares nem estão excomungados, suspensos, interditos, ou Irregulares; nem tenham nenhuma outra inabilidade, ou Canônico impedimento (VIDE, 1853, p. 202).

Devendo os mesmos apresentar ainda: “folha corrida, Cartas de Ordens e Dimissórias de seus Prelados, não sendo naturais, ou compatriotas deste Arcebispado” (VIDE, 1853, p.202).

Quando da demora em se executar o processo para vigário colado, o Bispado poderia encaminhar substitutos temporários, até que viesse a apresentação do novo pároco pelo imperador³⁹. Acreditamos que algumas vezes, devido ao tamanho da freguesia a qual o padre

³⁸Ou seja, aquelas que possuíam Igreja Matriz e que necessitavam de um Vigário residente, podendo ser colado ou encomendado. (HASTENTEUFEL, 1987).

³⁹Segundo Dom Sebastião Monteiro da Vide:

“522 Ainda que neste nosso Arcebispado (como nos mais ultramarino) pertence a S. Majestade apresentar Párcos perpétuos, o que se não pôde executar com a brevidade que se requer para que não falte ás almas o Pasto espiritual, somos Nós obrigados a encomendar as Igrejas que vagarem a sujeitos idôneos, que satisfação a tão precisa obrigação, durante o tempo da vacância delas”.

“523 Pelo que ordenamos, que tanto que em nosso Arcebispado vagar uma Igreja Curada, se nos faça logo a saber, ou ao nosso Provisor, e logo que ouvir a dita noticia se proveja de Sacerdote idôneo, o qual cure, e governe como

era responsável, lhe era cedido também um vigário encomendado, o que acreditamos que tenha acontecido com o Cônego Gay, já que no ano de 1848 ele se tornou vigário encomendado na Paróquia de Alegrete, sendo que era pároco e Vigário da Vara⁴⁰ de Alegrete o Padre Valle na época, que se tornou colado em 1849 (RUBERT, 2005, p. 221-222).

Essa informação é corroborada pelos livros eclesiásticos da paróquia de Alegrete, que durante os anos de 1848-1849 apresentaram batismos, óbitos, cartas pastorais, casamentos, registros de escravizados e o livro tomo da Paróquia realizados por ambos os padres durante o decorrer do período. Não encontramos nenhuma normativa nas *Constituições* que validava este episódio, parecendo-nos mais uma prática cotidiana do que legal, já que a paróquia possuía um coadjutor (auxiliar do pároco, que muitas vezes pleiteava uma indicação para se tornar vigário de outra paróquia, segundo Hastenteufel, 2006, p. 16-17). Verificamos no termo de posse do Cônego Gay, como se pode perceber a seguir:

Tomei posse desta Freguesia da Vila de Alegrete à dois de julho de mil oitocentos e quarenta e oito, em virtude de Provisão dada por Sua Excelência Reverendíssima Dom Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, Bispo, Conde, Capelão-Mór. Porém este livro só me foi entregue à vinte do mesmo mês por se achar fora até este tempo o Reverendo Coadjutor do meu antecessor. E para constar, fiz este termo que assinei no mesmo dia. O Vigário João Pedro Gay (LIVRO 03 DE CASAMENTOS, Paróquia de Alegrete, 20/07/1848).

Provavelmente estas práticas se extinguíram com a criação da diocese em 1848 e com a reorganização eclesiástica na província pautada por Dom Feliciano a partir de 1853. Também percebemos, olhando a trajetória do Cônego Gay, que quando o mesmo prestou o concurso para padre em São Borja em 1849, a Paróquia da Vila de São Borja possuía vigário, sendo ele o Padre José Coriolano de Sousa Passos⁴¹, nomeado pároco e Vigário da Vara em 1845. Contudo,

Pároco encomendado até ser provida de proprietário. E se lhe contribuirá com a mesma cõngrua, como aos demais Párocos, por ser assim conforme a direito, e S. Majestade o ter assim determinado, e assim se observar sempre”. “524 E o dito Encomendado cumprirá com todos os encargos, e obrigações da Igreja, e durará esta encomendação até o novo provido tomar posse, salvo, se por justas causas tirarmos ao tal Encomendado, o que poderemos fazer achando-o culpado, pondo outro em seu lugar. E os Vigários das Comarcas, ou o Pároco mais vizinho serão obrigados, tanto que vagar alguma Igreja Curada, mandar ao nosso Provisor aviso da vacatura, para sem dilação se executar o sobredito, e não estarem as Igrejas sem Párocos, que as administrem” (VIDE, 1853, p. 203).

⁴⁰ Segundo Graça Salgado, a nomeação do vigário da vara é feita pelo bispo ou pelo arcebispo, tendo como requisitos “ser letrado ou, pelo menos, pessoa de bom entendimento, prudência, virtude e exemplo”, tendo como principal atribuição “ser representante do bispo em área de sua diocese” (SALGADO, 1985, p. 326). O vigário da vara, pelo menos para o período colonial, de que a obra se trata, apresenta outras atribuições, que não cabem para esta análise, podendo ser conferidas em SALGADO, 1985, p. 326-327.

⁴¹ Não encontramos muitas referências sobre este pároco para além daquela apresentada por RUBERT, 2005. Flôres (2012), quando analisou a Igreja Católica na São Borja Oitocentista, não dedicou nenhuma linha ao Padre Passos. No Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (ACMPA) só conseguimos mapear o concurso eclesiástico que prestou para Vigário Colado da Paróquia de São Patrício de Itaqui em 1859 (ACMPA, Autuação à favor de João Coriolano de Sousa Passos à Igreja de São Patrício de Itaqui, 1859).

provavelmente conhecedor das leis eclesiásticas brasileiras, em função de seu vasto conhecimento, o Cônego Gay requereu a abertura de concurso para Vigário Colado da Paróquia da Vila de São Borja, haja vista que o Padre Passos não era concursado.

Ao ser aprovado neste concurso, Cônego Gay assumiu a Paróquia em 24 de fevereiro de 1850⁴². No decorrer dessa década, ele se envolveu em conflitos com o padre Sousa Passos, disputando a jurisdição eclesiástica⁴³ do recém criado distrito de São Francisco de Assis, já que o padre Sousa Passos havia sido transferido para a paróquia de Itaqui, na qual estava São Francisco de Assis submetida juridicamente⁴⁴. Esse conflito se encerrou após a sugestão do Cônego Gay à Assembleia Provincial que o distrito tivesse sua própria paróquia ou capela-curada, num esforço em não entregá-la à Itaqui, recomendação que foi acatada⁴⁵, como apresentado a seguir:

A criação de uma freguesia no distrito de São Francisco de Assis, que até agora tem feito parte da paróquia de S. Borja. Em S. Fran.co de Assis existiu uma capela [jesuítica] e os moradores a sua custa que lá de São Borja, de Itaqui, de Alegrete, de São Gabriel, de Santa Maria da Boca do Monte, de Cruz Alta (é) São Fran.co de Assis [ilegível] a capela de São Fran.co de Assis, e mui grande para que ela seja paroquiada pelos vigários daquelas freguesias. A criação pois da freguesia de São Fran.co de Assis é mui conveniente para os moradores daquele distrito e desta favor eles se tornam merecedores pela sua atividade industrial. 2.º A criação de sua freguesia ou ao menos uma capela curada no distrito de São Xavier vulgarmente chamado [ilegível] desta paróquia nas margens do [Jaquari?] no lugar que parecia mais conveniente a nobre Assembleia Legislativa provincial. [Este] distrito é mais de [30] léguas de S. Borja e quase igual distancia de Cruz Alta. A criação daquela freguesia ou Capela curada dará muitas comodidades aos moradores daquele distrito (IHGB, Lata 406, Documento 24, 01 de maio de 1853).

Na sequência o Cônego Gay continua a elencar pontos, limites geográficos das cidades da região e um amigo agrimensor para reforçar seus argumentos. Gostaríamos de propor uma hipótese sobre o conflito, que está relacionada ao desfecho dessa situação, que nos permite inferir que havia uma diferenciação/distinção social entre as sugestões de um vigário colado e um vigário encomendado, mas não podemos perder de vista também os bons contatos que o

⁴²IHGB. Lata 406. Documento 24. 9 de janeiro de 1851.

⁴³IHGB. Lata 406. Documento 24. 12 de janeiro, 25 de abril, 01 de julho de 1851. 15 de abril de 1853. 10 de setembro de 1858.

⁴⁴Para maiores informações sobre a formação e divisão em distritos do município de Itaqui, ver FOLETTO, 2003; 2012. Para o município de São Borja ver FLÔRES, 2012; FONTELLA, 2013. Lembrando que entre 1858/1859 o distrito de São Patrício de Itaqui foi elevado a Vila, desligando-se da Vila de São Borja das Missões, esta elevada à vila em 1834.

⁴⁵IHGB. Lata 406. Documento 24. 15 de abril de 1853. Um problema identificado ao longo da elaboração do trabalho foi mapear melhor este conflito, em função de que, nos vários arquivos pesquisados não foram encontradas documentação sobre o conflito, acabando que ficássemos restritos aos escritos do Cônego Gay. Flôres (2012) também não comenta nada sobre o conflito em sua análise.

Cônego Gay possuía. Reitera-se que existia esta distinção entre os variados tipos de párocos pois, constatamos que logo na sequência o Padre Sousa Passos buscou se igualar prestando concurso para Vigário Colado da Paróquia de São Patrício de Itaqui, tendo sido aprovado⁴⁶.

Isso reforça o que temos debatido até então, que futuros trabalhos devem superar o marco da Questão Religiosa e perceber que, durante a vigência do padroado, por mais que não se apresentassem problemas externos à Igreja Católica, haviam conflitos internos ao grupo católico brasileiro, para além do reordenamento do clero, como este caso nos demonstrou. Importante ressaltar que durante o período do conflito, num primeiro momento, a Província passava por uma reorganização administrativa e na sequência, a própria Igreja.

Ademais, corrobora-se a ideia da importância das clientelas nessa sociedade e do padre enquanto um mediador. Ou seja, como apontou Richard Graham, “a Igreja também dependia do apadrinhamento do governo, unindo-se a outras instituições na manutenção da ordem” como, por exemplo, “em épocas anteriores, os padres tinham participado ativamente de rebeliões, em meados do século pregavam ordem e obediência à autoridade constituída” (GRAHAM, 1997, p. 93). Portanto, corroboramos com as ideias de Graham quanto a hipótese de que esses padres fortaleceram e auxiliaram na manutenção do poder e da ordem, sendo muitas vezes um dos poucos representantes do Estado Imperial Bragantino nas mais afastadas localidades. Pensar também, a partir da ampliação da noção do político, que esses padres formavam clientelas, outrossim para se postarem enquanto autoridades em suas localidades, para além somente do elemento religioso.

Não encontramos o primeiro concurso do Cônego Gay. Porém, conseguimos localizar o seu segundo concurso, para Vigário Colado de Uruguaiana, ocorrido em 1874. O processo do concurso demonstrou o mesmo indicado pelas *Constituições*, inclusive com a apresentação da limpeza de sangue, comprovada através de genealogia. Não tivemos acesso a genealogia do Cônego, pois neste processo ele se absteve de comprovar sua origem, indicando que os mesmo documento se encontrava anexado no primeiro concurso⁴⁷.

Essa reorganização da Igreja pode ser constatada também ao observarmos os próprios relatórios dos presidentes da Província. Em 1853 foi realizado o primeiro mapeamento que

⁴⁶Identificamos o concurso do Padre Passos no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCM). AHCM, Oposição à Igreja de São Patrício de Itaqui (1859), Documentos dos Sacerdotes. AHCM, Carta de apresentação do Imperador Dom Pedro II (1859), Documentos dos Sacerdotes.

⁴⁷ AHCM. Exames, Oposição e Colação à Igreja de Nossa Senhora de Sant’Anna de Uruguaiana (1874), Documentos dos Sacerdotes.

conseguimos identificar, em que constam os seguintes elementos: lista de todas as paróquias e a que comarcas pertenciam, número de padres encomendados, número de padres colados, número de paróquias vagas. Não foi coincidência o ano de 1853, como já explanado, foi o ano de chegada do Bispo Dom Feliciano à Província, onde se constatou que haviam 52 paróquias divididas em 49 comarcas, tendo 35 padres encomendados e 11 colados com 6 paróquias vagas⁴⁸.

Após esse levantamento, foram localizados mais três mapeamentos, realizados nos anos de 1854, 1860 e 1863. Os dados de 1854 constataram que: haviam 54 paróquias distribuídas em 21 comarcas com 39 padres encomendados e 7 padres colados possuindo 8 paróquias vagas. O relatório de 1860 apresentou 70 paróquias distribuídas por 29 comarcas tendo 42 padres encomendados e 16 colados com 12 paróquias vagas. Por fim, o relatório do ano de 1863 demonstrou que: haviam 73 paróquias distribuídas em 10 comarcas em que se encontravam 34 padres encomendados e 23 colados com 16 paróquias vagas.⁴⁹

Percebeu-se com esses dados não só a (re) organização que a Igreja passava na Província, mas também o aumento da presença e da própria estrutura da Igreja, identificadas no aumento de paróquias. Assim como do aumento de clérigos dentro do estado imperial que, num período de 10 anos, aumentaram os padres colados de 11 para 23, enquanto os encomendados permaneceram quase que inalterados. Lembrando que os vigários colados respondiam aos presidentes da província e ao Imperador, enquanto os encomendados ao Bispo. Outro dado interessante é o decréscimo de comarcas que em 1853 eram 49 para em 1863 serem apenas 10, gerando, assim, menos vigários de vara e uma maior centralidade do bispado.

Destarte, percebeu-se com essa trajetória a célere ascensão do Cônego João Pedro Gay, que chegou como um padre encomendando na Paróquia de Alegrete em fins de 1847. E na sequência, antes do final da década já se tornava vigário colado da Paróquia de São Francisco de Borja, onde atuou por vinte anos, período em que se tornou Cônego Honorário da Capela Imperial. Assim, constatou-se sua rápida apropriação dos códigos eclesiásticos do período que lhe possibilitaram tornar-se uma figura proeminente na região e dessa forma nos desvelou uma das facetas da dinâmica do Padroado, elemento importante do catolicismo brasileiro, esquecido pela historiografia.

⁴⁸ Para ver mais detalhadamente os dados enumerados, ver anexo 01.

⁴⁹ Para ver mais detalhadamente os dados enumerados, ver os anexos 02, 03 e 04.

CONCLUSÃO

No decorrer do século XIX, em especial na segunda metade, a província do Rio Grande de São Pedro passou por inúmeras transformações socioculturais, e o que buscamos apreender no decorrer deste trabalho foram àquelas relativas ao catolicismo a partir de alguns elementos da vida do Cônego João Pedro Gay.

Para isso buscamos compreender o contexto da igreja católica no século XIX, realizando um debate historiográfico sobre a produção existente que abordou a história da igreja no Brasil, tanto no período colonial quanto imperial. Precisamos remontar à colônia em função de que as normativas eclesiais que operaram durante o império são frutos do contexto colonial, materializadas nas *Constituições Primeiras*.

Na sequência, discutimos mais especificamente a historiografia relativa ao império na Província de São Pedro. Constatamos que os trabalhos dedicaram seus estudos a partir da Questão Religiosa e da revitalização dos ideais ultramontanos, não havendo trabalhos que discutam o catolicismo antes disso, exceto por Fábio Kuhn (1996), mas que dedicou seu estudo ao período colonial.

Muitos trabalhos utilizaram a noção de que houve uma maior autonomia por parte da igreja católica a partir do ideário ultramontano do final do século XIX, que não ocorreu na prática devido ao trânsito e às situações em que os clérigos se envolveram. A hipótese que defendemos é a de que o alto clero (bispos, principalmente) sofria um maior controle do Imperador do que o baixo clero. Assim, esses padres que viviam nos mais distantes confins do Império do Brasil interferiram na constituição do Estado no Brasil, sendo muitas vezes um dos poucos representantes da administração senão o único nessas localidades, tendo papel importante no fortalecimento desse Estado e na manutenção da ordem e do poder a partir das clientelas constituídas, já que eram além de súditos, funcionários do Estado, o que lhes possibilitava também transgredir o elemento religioso.

Ainda na defesa do ultramontanismo, ou pelos autores provirem de meios católicos, muitos desses estudos acabaram por criar esse limbo entre antes e depois da Questão Religiosa. Antes não havia um catolicismo ou até mesmo religiosidade e quando se passou a perceber a religiosidade, era de um *catolicismo popular*, negativo e que precisava ser superado por um catolicismo romano, ortodoxo, positivo. Por isso compreendemos essa religiosidade como uma confluência de vários catolicismos, denominado de *catolicismo luso-brasileiro*.

As tentativas de reforma tridentina da igreja católica durante a colônia e o império buscaram constantemente por uma melhor formação dos clérigos e a realização dos sacramentos. A criação da diocese na Província em 1848 está dentro desta tentativa reformadora do clero e da igreja. Tendência que se confirmou nas sucessivas realizações de concursos para padres na fronteira, por exemplo, e a criação do primeiro seminário na Província. Importante ressaltar, a importância que esses vigários colados adquiriram, se os pensarmos conjuntamente com a constituição do Estado Imperial no Brasil, sendo eles um dos elementos que garantiram o funcionamento deste.

Demonstramos que a noção de padroado é bem mais complexa do que a historiografia acabou por naturalizar. Já que no cotidiano o padroado régio possibilitou práticas que extrapolavam as suas normativas, regida pelas *Constituições Primeiras*, como o não cumprimento do celibato clerical sem ocorrer punições, o enriquecimento e projeção sociopolítica de clérigos concursados para serem funcionários da Corte, sendo um exemplo, talvez, desse funcionamento de um *Antigo Regime nos Trópicos* já que se apresentava como mais uma daquelas legislações costumeiras, dentre tantas, que possibilitava negociações no cotidiano, sendo reivindicada ou esquecida quando conveniente. Buscamos perceber como se dava a organização eclesiástica na província e a importância desse sistema para o Império luso-brasileiro, sendo que os padres eram os únicos representantes do Estado nas mais distantes freguesias em muitas situações. Trouxemos para o debate os concursos eclesiásticos, que regulavam e colavam padres para exercer o vigariato, demonstrando a variedade de clérigos existentes e apresentando, assim, parte da hierarquia da Igreja.

Enfim, retornamos a discussão do início da introdução e analisamos o inventário do Cônego Gay, que nos trouxe vários questionamentos, já que o mesmo foi produzido muito tempo depois de seu falecimento, deixava oito herdeiros, que foram reconhecidos enquanto filhos por escritura pública. Ainda foi possível comparar os bens inventariados com outro inventário produzido pelo Cônego Gay durante a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul. Com esse documento foi possível observar o vasto pecúlio acumulado pelo Cônego durante sua vida na fronteira. Observamos que as informações apresentadas pelo padre Gay são corroboradas pelos estudos em história agrária para a região, o que nos fez questionar a falta da sua biblioteca e outros bens no inventário de 1907, além dos poucos bens inventariados, assim como a não escrita de seu testamento.

Por fim, problematizamos a distinção de Cônego e se esta fazia alguma diferença para quem a detinha. Constatamos que sim, pois esta distinção se apresenta enquanto um dos mais

altos títulos que um padre poderia adquirir, acima disso só se o mesmo se tornasse bispo ou vigário geral. O que também acentuou nossas desconfiças sobre os bens inventariados, já que o mesmo não deixou de ascender na hierarquia eclesiástica e, conseqüentemente, recebeu maiores vencimentos.

Acreditamos que ainda há muito que se fazer em trabalhos que abordem a religiosidade na província no decorrer do século XIX, percebendo o padroado enquanto uma categoria útil à nossa análise, o que, muitas vezes, responde as estranhezas ao contexto. Se o padroado não funcionava bem ou não era compatível com as normas da igreja, como muitos textos alegam, não teria durado tanto tempo. O estudo ainda nos demonstrou que precisamos compreender o padroado de forma mais complexa, assim como apreender todo um léxico próprio a esse sistema, que contribui para a compreensão do período.

Assim, esse Vigário da Campanha, como se auto intitulou o Cônego João Pedro Gay em resposta ao Velho Católico, nos possibilitou perceber que estratégias ele acionou para obter uma carreira eclesiástica de sucesso, como por exemplo, a apropriação que fez dos códigos eclesiásticos brasileiros do período. Assim como, a constituição de um núcleo familiar próprio, que graças a sua habilidade em estabelecer e mediar boas relações, possibilitaram casamentos profícuos para os seus descendentes com as mais variadas elites do período. Isso demonstra que, durante a vigência do Padroado régio, importavam muito mais a capacidade do Cônego Gay de obter capital relacional e ser um bom pároco do que ser celibatário.

Também pensamos em avaliar de forma mais aprofundada a trajetória do Cônego Gay, que nos possibilita ainda investigar: sua produção intelectual; suas relações sociopolíticas; sua participação no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; suas correspondências com o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro; sua percepção sobre a escravização e o abolicionismo; seu pioneirismo em trazer a homeopatia para a Província e seus estudos realizados a partir da análise da vegetação nativa; seus estudos que versam sobre a linguagem tupi-guarani; as gerações posteriores a dele e seus filhos. Enfim, há muitas possibilidades de trabalhos futuros que poderão partir desta trajetória, assim como a de outros padres no Oitocentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE JUNIOR, Péricles Morais de. Espaço e distinção social: o catolicismo na Província de Sergipe. **Revista História**, São Paulo, ISSN 1980-4269, vol.29, n.1, 2010, p. 91-107.

AZEVEDO, Antônio Carlos de Amaral. **Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos**. 3. ed. ampl. e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In.: HOONAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Benno. **História da Igreja no Brasil**. Ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira época. Tomo II. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

BECKER, Carolina Bitencourt. **Um estudo dos escravos a partir dos registros de óbitos (Alegrete, Rio Grande do Sul, 1822-1850)**. Monografia de especialização em História do Brasil. Santa Maria: UFSM, 2011.

BEOZZO, José Oscar. (Org.). **História da Igreja no Brasil**. Ensaio de interpretação a partir do povo. Tomo II/2. Segunda época – A Igreja no Brasil no século XIX. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

BIASOLI, Vitor. **O Catolicismo Ultramontano e a Conquista de Santa Maria (1870-1920)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

BOEHRER, George C. A. A Igreja no Segundo Reinado: 1840-1889. In: KEITH, Henry H.; EDWARDS, S. F. (Orgs.). **Conflito e Continuidade na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. Patriarcalismo torto. A presença da ilegitimidade entre os padres. **Revista Vernáculo**. Curitiba. Vol. 8-9, 2003, p.112-128.

CARDOSO, Neise Marino. **A história das irmãs marcelinas: Fundação do Colégio dos Anjos em Botucatu (1912)**. Dissertação de Mestrado. Americana: UNISAL, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; teatro das sombras: a política imperial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora URJ, Relume-Dumará, 1996.

CONSTITUIÇÃO Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Outorgada por Dom Pedro I. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm . Acessado em 27 de janeiro de 2020.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 331-363.

DILLMANN, Mauro. Religiosidade popular católica no Brasil durante a vigência do Padroado. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano XII. Nº 138, 2012.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

_____. Elites agrárias e hierarquia social na Fronteira (1801-1850). In. NEUMANN, Eduardo S. & GRIJÓ, Luiz Alberto. **O Império e a Fronteira: a Província de São Pedro no oitocentos**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). **Antropologia e poder: Contribuições de Eric R. Wolf**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

FERREIRA, Natânia Silva. Entre Pai e Filho: análise das riquezas em duas gerações de uma família da elite agrária do município de Varginha (MG) no início do século XX. **Espaço Plural**. Ano XVII, nº 35, 2º semestre de 2016, p. 82-113.

FERTIG, André. A história política: da história tradicional à história renovada. **Revista Territórios e Fronteiras**. Vol. 2. n. 2. Jul/Dez, 2009.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **A Vila de “São Francisco de Borja das Missões” (1834-1887): elementos de História e de Geopolítica na formação dos limites meridionais do Brasil**. Santa Maria: Editora UFSM, 2012.

FOLETTI, Arlene Guimarães. **Dos campos junto ao Uruguai aos Matos de Cima da Serra: paisagem agrária e estrutura produtiva em São Patrício de Itaquí (1850-1889)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. **No rodeio das relações: três trajetórias de famílias abastadas no oeste da Província do Rio Grande de São Pedro na segunda metade dos oitocentos**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FONTELLA, Leandro Goya. **Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, (c.1828 - c.1860)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

FRAGOSO, João Luis; PITZER, Renato Rocha. Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários *post-mortem*. In: **Revista Arrabaldes**. Niterói, nº 2, set/dez, 1988.

FREITAS NEVES, Fernando Arthur; ANDRADE, Allan Azevedo. From diocese to parliament if does ultramontanismo: D. José, a political bishop in the amazon nineteenth century. **Historia y Sociedad**, Medellín (Colômbia), ISSN 0121-8417, n.31, 2016, p. 269-292.

GARCIA, Graciela Bonassa. **O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha riograndense oitocentista**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

_____. **Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da campanha riograndense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)**. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2010.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GUTERRES, Leticia Batistella Silveira. **Escravidão, família e compadrio ao sul do Império do Brasil: Santa Maria (1844-1882)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

HASTENTEUFEL, Dom Zeno. **Dom Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Acadêmica, 1987.

_____. **História da Igreja do Brasil e do Rio Grande do Sul**. Frederico Westphalen: Ed. Pluma, 2ª Ed., 2006.

HERMANN, Jacqueline. História das religiões e religiosidades. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

HOONAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil Colônia – 1550-1800**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Benno. **História da Igreja no Brasil**. Ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira época. Tomo II. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

IMÍZCOZ, José Maria. Patronos y mediadores. Redes familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldea: la hegemonía de las elites baztanesas en el siglo XVIII. In: IMÍZCOZ, José Maria. **Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social Del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)**. Bilbao: Universidad Del País Vasco, 2001, p. 139-160.

_____. Actores, redes, processos: reflexiones para uma historia más global. **Revista da Faculdade de Letras – Historia**, III. v 5. Porto: 2004. pp 1-28.

JARDIM, Wagner. **Longe da Pátria: a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e a rendição em Uruguaiana (1865)**. Porto Alegre: FCM Editora, 2015.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **Sobre as ruínas da velha matriz: religião e política em tempos de ferrovia (Santa Maria - Rio Grande do Sul 1880/1900)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.

KÜHN, Fábio. **O projeto reformador da diocese do Rio de Janeiro: as visitas pastorais no Rio Grande de São Pedro (1780-1815)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

_____. O povo sem religião: as representações da historiografia tradicional sul-rio-grandense acerca da religiosidade popular. In: **Revista de Filosofia e Ciências Humanas**. Passo Fundo, ano 14, n. 2, 1998.

LEIPNITZ, Ginter Tlajia. **Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (c.1884-c.1920)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

_____. **Entre contratos, direitos e conflitos: arrendamentos e relações de propriedade na transformação da campanha rio-grandense: Uruguaiana (1847-1910)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

LEWCOWICZ, Ida. A fragilidade do celibato. In: LIMA, Lana Lage Gama (Org.). **Mulheres, adúlteros e padres: História e Moral na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Dois Pontos, 1987, p. 53-68.

LIMA, Lana Lage da Gama. Aprisionando o desejo: confissão e sexualidade. **História e Sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p. 67-88.

LIMA, Maurilio Cesar de. **Breve História da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Restauro, 2001.

LUSTOSA, Fr. Oscar F. **A presença da Igreja no Brasil – História e Problemas (1500-1968)**. São Paulo: Ed. Giro, 1977.

MAESTRI, Mário. O singular relato do cônego João Pedro Gay sobre a Invasão Paraguaia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. **Estudios Historicos**. Año IV – Nº 9 - Diciembre 2012.

NEVES, Guilherme Pereira das. **E Receberá Mercê: A Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil – 1808-1828**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

OLIVEIRA, Paulo Roberto. **Um caminho voltado para dentro: o circuito goiano e o comércio entre Goiás e São Paulo na Primeira República**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REZENDE, Maria Valéria. **Não se pode servir a dois senhores: história da Igreja no Brasil, período colonial**. São Paulo: Paulinas, 1987.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira. “Ao sul do bispado do Rio de Janeiro”: notas sobre a expansão da Igreja Católica na América Meridional (Rio Grande de São Pedro, século XVIII). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial - eISSN 21783738 – I EPHIS/PUCRS - 27 a 29.05.2014, p.1557-1574.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul. Vol. II**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. 325 p.

_____. **O Antigo Clero diocesano do Rio Grande do Sul (1737-1910)**. Santa Maria: Pallotti, 2005. 432 p.

SALGADO, Graça (Org.). **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SILVA, Jaisson da Um cônego ilustrado na campanha gaúcha: Notas sobre manuscritos do Padre João Pedro Gay. **Anais da VI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2008.

SILVA, Manuel Carlos. Camponeses, mediadores e Estado. **Revista Análise Social**, São Paulo, vol. XXVIII (122), 3º, 1993, p. 489-521.

SILVA, Maria da Conceição; MOREIRA, Wellington Coelho. Conjugalidades clericais na Diocese de Goiás, 1824-1907. **Revista História**, São Paulo, ISSN 1980-4369, vol.29, n.1, 2010, p. 170-196.

_____; _____. O sacerdócio goiano: celibato e historiografia. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 29, n. 50, 2013, p. 553-569.

SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationships in central Italy. In: SCHMIDT, S. W. (Ed.). **Friends, Followers and factions: a reader in political clientelism**. Berkeley: University of Califórnia, 1977, p. 293-304.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

THOMPSON FLORES. **Crimes de fronteira: A criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

UBERTI, Hermes Gilber. **Abençoando neófitos, tecendo redes sociofamiliares na freguesia de São Vicente (Vale do Jaguari – RS, 1854-1912)**. Tese de doutorado. São Leopoldo: UNISINOS, 2016.

VAINFAS, Ronaldo. A teia da intriga: delação e moralidade na Sociedade Colonial. **História e Sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p. 41-66.

_____. A condenação do adultério. In: LIMA, Lana Lage Gama (Org.). **Mulheres, adúlteros e padres: História e Moral na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Dois Pontos, 1987, p. 33-52.

_____. **Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: Editora da UFSM/Anpuh-RS, 2010.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Nos limites da sagrada família: ilegitimidade e casamento no Brasil Colonial. **História e Sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p. 107-123.

VÉSCIO, Luis Eugênio. **O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1893-1928**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2001.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)**. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.

VOLKMER, Márcia Solange. **Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigração e comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

WEBER, Beatriz Teixeira. Igreja, Homeopatia, Saúde: O Olhar de João Pedro Gay no Rio Grande do Sul no Século XIX. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História**. ANPUH: São Leopoldo, 2007.

WEBER, Beatriz Teixeira; DA SILVA, Jaisson. Padre Gay: um cônego ilustrado na campanha gaúcha. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 38, n. 1, p. 144-160, jan./jun. 2012.

FONTES

- **Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCM).**

AHCM, Oposição à Igreja de São Patrício de Itaquí (1859), Documentos dos Sacerdotes.

AHCM, Carta de apresentação do Imperador Dom Pedro II (1859), Documentos dos Sacerdotes.

AHCM. Exames, Oposição e Colação à Igreja de Nossa Senhora de Sant'Anna de Uruguaiana (1874), Documentos dos Sacerdotes.

- **Centro Cultural Dr. Pedro Marini (CCPM).**

CCPM. INVENTÁRIO DE JOÃO PEDRO GAY, 1907. Centro Cultural Dr. Pedro Marini – Sala Raul Pont. Livro De Inventários. Gaveta 07. Livro nº 05. Pag. 41-43.

CCPM. UM SACERDOTE que fez História. *Jornal Cidade*, Uruguaiana, 17 de jan. 2015, p. 10.

- **Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL)**

CAPELA De Nossa Senhora Aparecida De Alegrete. Livro 03 de batismo (1848-1851). Batismos de 28/03/1848 à 31/03/1849.

- **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).**

IHGB. Coleção João Pedro Gay. IHGB. Lata 404. Documento 30.

IHGB. Coleção João Pedro Gay. **Livro manuscrito:** rascunho de cartas sobre administração dirigidas de Alegrete e de S. Borja. Lata 406. Documento 24. 9 de janeiro de 1851.

IHGB. Coleção João Pedro Gay. **Livro manuscrito:** rascunho de cartas sobre administração dirigidas de Alegrete e de S. Borja. Lata 406. Documento 24. 12 de janeiro de 1851.

IHGB. Coleção João Pedro Gay. **Livro manuscrito:** rascunho de cartas sobre administração dirigidas de Alegrete e de S. Borja. Lata 406. Documento 24. 25 de abril de 1851.

IHGB. Coleção João Pedro Gay. **Livro manuscrito:** rascunho de cartas sobre administração dirigidas de Alegrete e de S. Borja. Lata 406. Documento 24. 01 de julho de 1851.

IHGB. Coleção João Pedro Gay. **Livro manuscrito:** rascunho de cartas sobre administração dirigidas de Alegrete e de S. Borja. Lata 406. Documento 24. 15 de abril de 1853.

IHGB. Coleção João Pedro Gay. **Livro manuscrito:** rascunho de cartas sobre administração dirigidas de Alegrete e de S. Borja. Lata 406. Documento 24. 01 de maio de 1853.

IHGB. Coleção João Pedro Gay. **Livro manuscrito:** rascunho de cartas sobre administração dirigidas de Alegrete e de S. Borja. Lata 406. Documento 29. 17 de novembro de 1853.

IHGB. Coleção João Pedro Gay. **Livro manuscrito:** rascunho de cartas sobre administração dirigidas de Alegrete e de S. Borja. Lata 406. Documento 24. 10 de setembro de 1858.

- **Hemeroteca Digital.**

Relatório do Presidente da Província 1853 (RS)

Relatório do Presidente da Província 1854 (RS)

Relatório do Presidente da Província 1860 (RS)

Relatório do Presidente da Província 1863 (RS)

- **Jornal A Federação (RS):**

O DOUTOR Milton Cruz, juiz districtal da sede do município de São Borja etc. *A Federação*, Porto Alegre, 11 de nov. de 1907. Edição 263. p. 03.

- **Jornal A Estrella do Sul (RS):**

CÂMARA Ecclesiástica Dezembro de 1865. *A Estrella do Sul*, Porto Alegre, 24 de jan. de 1866. Edição 016. p. 08.

- **Jornal do Commercio (RJ):**

ENTRADAS no dia 21. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 22 de set. de 1844. Edição 251. p. 03.

RELAÇÃO das pessoas despachadas no dia 19 de janeiro. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 23 de jan. de 1848. Edição 023. p. 02.

ENTRADAS do dia 25. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 26 de out. de 1861. Edição 296. p. 03.

GAZETILHA - Publicações. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19 de ago. de 1863. Edição 228. p. 01.

GAZETILHA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 01 de dez. de 1863. Edição 331. p. 02.

INVASÃO Paraguaya. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 07 de set. de 1867. Edição 249. p. 02.

- **Impressas**

CONSTITUIÇÃO Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824. Outorgada por Dom Pedro I.

GAY, João Pedro. **História da República Jesuíta do Paraguai desde o descobrimento do Rio da Prata até os nossos dias, ano de 1861**. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1863.

_____. **Invasão Paraguaia**. Caxias do Sul: Instituto Estadual do Livro, UCS, 1980.

LIVRO DE ÓBITOS. Carolina Regina Gay de Alcântara. Rio de Janeiro, Registro Civil, 5ª circunscrição, L. 172-178, 1948-1949.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)**. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.

ANEXOS

**ANEXO 01: LEVANTAMENTO DAS PARÓQUIAS E DOS PADRES DA
PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO EM 1853**

			RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DE 1853	
Nº	ORAGO DAS FREGUESIAS	LUGARES A QUE PERTENCEM	NOME DOS PAROCOS	ENCOMENDADO S OU COLADOS
1	N. S. MÃI DE DEOS	PORTO ALEGRE	THOMÉ LUIZ DE SOUZA	ENCOMENDADO
2	N. S. DO ROZARIO	PORTO ALEGRE	JOSÉ IGNÁCIO DE CARVALHO E FREITAS	COLADO
3	N. S. DAS DORES	PORTO ALEGRE	Vaga	Vaga
4	N. SENHORA	BELÉM	JOÃO BAPTISTA MÓR	ENCOMENDADO
5	N. SENHORA DA CONCEIÇÃO	VIAMÃO	JOSÉ SOARES DO PATROCÍNIO MENDONÇA	ENCOMENDADO
6	N. S. DOS ANJOS	ALDÉA	FRANCISCO DA MADRE DE DEOS CUNHA	ENCOMENDADO
7	N. S. DAS DÔRES	CAMAQUAM	Vaga	Vaga
8	S. BOM JESUS	TRIUMPHO	JOSÉ DA CUNHA E SOUZA	ENCOMENDADO
9	S. JERONIMO	TRIUMPHO	MANOEL RODRIGUES COELHO DAS NEVES	ENCOMENDADO
10	SANTO AMARO	S. AMARO	THIAGO DE PINA CABRAL	ENCOMENDADO
11	S. JOSÉ	TAQUARY	ANTONIO JOÃO DE CARVALHO	ENCOMENDADO
12	N. S. DA CONCEIÇÃO	SÃO LEOPOLDO	JOSÉ JOAQUIM DO AMARAL	ENCOMENDADO
13	SANT'ANNA	RIO DOS SINOS	DOMINGOS TANGANELLI	ENCOMENDADO
14	S. JOSÉ	PICADA DO ORTÊNCIO	Vaga	Vaga
15	SANTO ANTONIO	S. ANTONIO DA PATRULHA	JOAQUIM JOSÉ DOS SANTOS	ENCOMENDADO
16	N. S. DA CONCEIÇÃO	ARROIO	LUIZ ANTONIO PEREIRA	ENCOMENDADO
17	S. DOMINGOS	TORRES	Vaga	Vaga
18	N. S. D'OLIVEIRA	VACARIA	ANTONIO DE MORAES BRANCO	ENCOMENDADO
19	S. PEDRO	RIO GRANDE	JOSÉ MARIA DAMASIO MATTOS	COLADO
20	N. S. DAS NECESSIDADES	POVO NOVO	RAIMUNDO TERRAGÓ	ENCOMENDADO
21	N. S. DA CONCEIÇÃO	TAYM	JOSÉ GARCIA	ENCOMENDADO
22	N. S. DOS NAVEGANTES	S. JOSÉ DO NORTE	FRANCISCO RODRIGUES	COLADO
23	S. LUIZ	MOSTARDAS	FELIANO JOSÉ PINTO DE MOURA	ENCOMENDADO
24	N. S. DA CONCEIÇÃO	ESTREITO	JOÃO TABOSA DA SILVA BRAGA	ENCOMENDADO

25	S. FRANCISCO DE PAULA	PELOTAS	ANTONIO DA COSTA GUIMARÃES	ENCOMENDADO
26	N. S. DA CONSOLAÇÃO	BOQUETE	MANOEL FERREIRA DOS SANTOS	ENCOMENDADO
27	N. S. DA CONCEIÇÃO	CANGUSSU	HIPPOLITO PINTO RIBEIRO	COLADO
28	N. S. DA CONCEIÇÃO	BOQUEIRÃO	DOMINGOS RODRIGUES	ENCOMENDADO
29	N. S. DA CONCEIÇÃO	PIRATINY	JOSÉ DE NORONHA NAPOLES MASSA	COLADO
30	S. SEBASTIÃO	BAGÉ	LOURENÇO CASA-NOVAS	ENCOMENDADO
31	SANTO ANTONIO	LAVRAS	ISIDORO GONÇALVES	ENCOMENDADO
32	ESPÍRITO SANTO	JAGUARÃO	JOÃO THIMUDO CABRAL DINIZ	ENCOMENDADO
33	N. S. DA GRAÇA	ARROIO GRANDE	Vaga	Vaga
34	N. S. DO ROZARIO	RIO PARDO	JOÃO BAPTISTA DA MOTTA VELLOSO	COLADO
35	SANTA BARBARA	ENCRUSILHAD A	CANDIDO LUCIO D'ALMEIDA	ENCOMENDADO
36	S. JOSÉ	PATROCINIO	DOMINGOS GALLESIO	ENCOMENDADO
37	N. S. DA CONCEIÇÃO	CACHOEIRA	JOSÉ DA CUNHA LOUZADA SOBRINHO	COLADO
38	SANTA MARIA	BOCCA DO MONTE	ANTONIO GOMES COELHO DO VALLE	ENCOMENDADO
39	N. S. D'ASSUMPCÃO	CAÇAPAVA	LUIZ ANTONIO GONÇALVES DOS SANTOS	COLADO
40	SANT'ANNA	BOA VISTA	Vaga	Vaga
41	S. GABRIEL	S. GABRIEL	JOAQUIM JOSE RIBEIRO D'ANDRADE E SILVA	ENCOMENDADO
42	S. FRANCISCO	S. BORJA	JOÃO PEDRO GAY	COLADO
43	S. PATRÍCIO	ITAQUY	JOSÉ CORIOLANO DE SOUSA PASSOS	ENCOMENDADO
44	ESPÍRITO SANTO	CRUZ-ALTA	ANTONIO RODRIGUES DA COSTA	COLADO
45	N. S. APPARECIDA	PASSO FUNDO	FELIPPE ISNARDI	ENCOMENDADO
46	N. S. DA CONCEIÇÃO	ALEGRETE	PEDRO PIERANTONI	COLADO
47	SANT'ANNA	LIVRAMENTO	MANOEL GIORGI	ENCOMENDADO
48	SANT'ANNA	URUGUAYANA	JOÃO VICENTE FERNANDES	ENCOMENDADO
49	N. S. DA CONCEIÇÃO	S. SEPÉ	ANTONIO HOMEM D'OLIVEIRA	ENCOMENDADO
50	S. JOÃO BAPTISTA	HERVAL	THOMAZ DE SOUZA SIQUEIRA	ENCOMENDADO
51	N. S. DO ROZARIO	CANGUSSU	PAULINO SOARES	ENCOMENDADO
52	S. FRANCISCO DE PAULA	DE CIMA DA SERRA	JOÃO D'OLIVEIRA LIMA	ENCOMENDADO

Fonte: Relatório do Presidente da Província de 1853 (RS).

**ANEXO 02: LEVANTAMENTO DAS PARÓQUIAS E DOS PADRES DA
PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO EM 1854**

			RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DE 1854	
Nº	ORAGO DAS FREGUESIAS	LUGARES A QUE PERTENCEM	NOME DOS PAROCOS	ENCOMENDADOS OU COLADOS
1	N. S. DAS DORES	PORTO ALEGRE	Vaga	Vaga
2	N. S. MADRE DE DEOS	PORTO ALEGRE	THOMÉ LUIZ DE SOUZA	ENCOMENDADO
3	N. S. DO ROSARIO	PORTO ALEGRE	JOSÉ IGNÁCIO DE CARVALHO E FREITAS	COLADO
4	N. S. DE BELEM	PORTO ALEGRE	JOÃO BAPTISTA MÓR	ENCOMENDADO
5	N. S. DA CONCEIÇÃO DE VIAMÃO	PORTO ALEGRE	JOSÉ SOARES DO PATROCÍNIO MENDONÇA	ENCOMENDADO
6	N. S. DAS DORES DE CAMAQUAM	PORTO ALEGRE	DOMINGOS TANGANELLI	ENCOMENDADO
7	N. S. DOS ANJOS D'ALDÊIA	PORTO ALEGRE	THIAGO DE PINA CABRAL	ENCOMENDADO
8	N. S. DA CONCEIÇÃO EM S. LEOPOLDO	SÃO LEOPOLDO	FRANCISCO DA MADRE DE DEOS CUUNHA	ENCOMENDADO
9	S. JOSÉ DO HORTENCIO	SÃO LEOPOLDO	Vaga	Vaga
10	S. ANNA DO RIO DOS SINOS	SÃO LEOPOLDO	MANOEL SOARES GOMES	ENCOMENDADO
11	SR. BOM JESUS DO TRIUMPHO	TRIUMPHO	JOSÉ DA CUNHA E SOUZA	ENCOMENDADO
12	S. JERONYMO	TRIUMPHO	MANOEL RODRIGUES COELHO DAS NEVES	ENCOMENDADO
13	S. JOSÉ DE TAQUARY	TAQUARY	ANTONIO JOSÉ DE CARVALHO	ENCOMENDADO
14	SANTO AMARO	TAQUARY	ANTONIO HOMEM DE OLIVEIRA	ENCOMENDADO
15	S. ANTONIO DA PATRULHA	S. ANTONIO	JOÃO D OLIVEIRA LIMA	ENCOMENDADO
16	N. S. DA CONCEIÇÃO DO ARROIO	S. ANTONIO	LUIZ ANTONIO PEREIRA	ENCOMENDADO
17	S. DOMINGOS DAS TORRES	S. ANTONIO	MANOEL CARLOS AYRES DE CARVALHO	ENCOMENDADO
18	S. PEDRO DO RIO GRANDE	RIO GRANDE	JOSÉ MARIA DAMASIO MATTOS	COLADO
19	N. S. DA CONCEIÇÃO DE TAIM	RIO GRANDE	JOSÉ GARCIA	ENCOMENDADO
20	N. S. DAS NECESSIDADES DO POVO NOVO	RIO GRANDE	PATRICIO DONAVAN	ENCOMENDADO
21	S. FRANCISCO DE PAULA DE PELOTAS	PELOTAS	ANTONIO DA COSTA GUIMARÃES	ENCOMENDADO
22	N. S. DA CONCEIÇÃO DE BOQUEIRÃO	PELOTAS	DOMINGOS RODRIGUES	ENCOMENDADO
23	N. S. DA CONCEIÇÃO DO SERRO DA BUENA	PELOTAS	MANOEL FERREIRA DOS SANTOS	ENCOMENDADO
24	S. JOSÉ DO NORTE	S. JOSÉ DO NORTE	FRANCISSO RODRIGUES	ENCOMENDADO

25	S. LUIZ DE MOSTARDAS	S. JOSÉ DO NORTE	FELICIANO JOSÉ PINTO DE MORAES	ENCOMENDADO
26	N. S. DA CONCEIÇÃO DO ESTREITO	S. JOSÉ DO NORTE	ESTEVÃO SEMIGLIA	ENCOMENDADO
27	N. S. DO ROSARIO DO RIO PARDO	RIO PARDO	JOÃO BAPTISTA DA MOTTA VELLOSO	COLADO
28	S. JOÃO DA CACHOEIRA	CACHOEIRA	JOSÉ TEIXEIRA DA CUNHA LOUSADA	COLADO
29	S. MARIA DA BOCCA DO MONTE	CACHOEIRA	ANTONIO GOMES COELHO DO VALLE	ENCOMENDADO
30	S. BARBARA DA ENCRUZILHADA	ENCRUZILHADA	CANDIDE LUCIO D'ALMEIDA	ENCOMENDADO
31	S. JOSÉ DO PATROCINIO	ENCRUZILHADA	DOMINGOS GALLENIO	ENCOMENDADO
32	N. S. DA ASSUMPCÃO DE CAÇAPAVA	CAÇAPAVA	Vaga	Vaga
33	S. ANNA DA BOA VISTA	CAÇAPAVA	Vaga	Vaga
34	S. ANTONIO DAS LAVRAS	CAÇAPAVA	ISIDORO GONSALVES	ENCOMENDADO
35	N. S. DA CONCEIÇÃO DE S. SEPÉ	CAÇAPAVA	Vaga	Vaga
36	S. GABRIEL	S. GABRIEL	JOAQUIM RIBEIRO ANDRADE E SILVA	ENCOMENDADO
37	S. SEBASTIÃO DE BAGÉ	BAGÉ	LOURENÇO CASAS NOVAS	ENCOMENDADO
38	N. S. DO PATROCINIO NO RIO S. MARIA*	BAGÉ	JOSÉ TAVARES BASTOS RIOS	ENCOMENDADO
39	N. S. D APPARECIDA DE ALEGRETE	ALEGRETE	PEDRO PIERANTONI	ENCOMENDADO
40	S. ANNA DO LIVRAMENTO	ALEGRETE	Vaga	Vaga
41	S. ANNA DO URUGUAY	URUGUAYANA	JOÃO VICENTE FERNANDES	ENCOMENDADO
42	S. FRANCISCO DE BORJA	S. BORJA	JOÃO PEDRO GAY	COLADO
43	S. PATRICIO DE ITAQUI	S. BORJA	JOSÉ CORIOLANO DE SOUZA PASSOS	ENCOMENDADO
44	ESPIRITO SANTO DA CRUZ ALTA	CRUZ ALTA	ANTONIO RODRIGUES DA COSTA	COLADO
45	N. S. D'APP. ^a DO PASSO FUNDO	CRUZ ALTA	Vaga	Vaga
46	S. MARTINHO	CRUZ ALTA	JOSÉ VAZ D'ALMEIDA	ENCOMENDADO
47	N. S. D OLIVEIRA DA VACCARIA	VACCARIA	ANTONIO DE MORAES BRANCO	ENCOMENDADO
48	S. FRANC.º DE PAULA DE CIMA DA SERRA	VACCARIA	Vaga	Vaga
49	N. S. DA CONCEIÇÃO DE PIRATINY	PIRATINY	JOSÉ DE NORONHA NAPOLES MASSA	COLADO
50	N. S. DA CONCEIÇÃO DE CANGUSSÚ	PIRATINY	HYPOLITO PINTO RIBEIRO	ENCOMENDADO
51	N. S. DO ROSÁRIO DO SERRITO DE CANGUSSÚ	PIRATINY	PAULINO SOARES	ENCOMENDADO
52	ESPIRITO SANTO DE JAGUARÃO	JAGUARÃO	JOÃO THEMUDEO CABRAL DINIZ	ENCOMENDADO
53	S. JOÃO BAPTISTA DO ERVAL	JAGUARÃO	JOÃO JOSÉ DA PORCIUNCULA	ENCOMENDADO

54	N. S. DA GRAÇA DO ARROIO GRANDE	JAGUARÃO	THOMAZ DE SOUZA SEQUEIRA	ENCOMENDADO
----	---------------------------------	----------	--------------------------	-------------

Fonte: Relatório do Presidente da Província de 1854 (RS).

ANEXO 03: LEVANTAMENTO DAS PARÓQUIAS E DOS PADRES DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO EM 1860

			RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DE 1860	
Nº	ORAGO DAS FREGUESIAS	LUGARES A QUE PERTENCEM (COMARCA)	NOME DOS PAROCOS	ENCOMENDADOS OU COLADOS
1	NOSSA SENHORA MADRE DE DEOS	CAPITAL	LUIZ MANOEL GONSALVES DE BRITO	COLADO
2	NOSSA SENHORA DO ROSARIO	CAPITAL	JOSE IGNACIO DE CARVALHO E FREITAS	COLADO
3	NOSSA SENHORA DAS DÔRES	CAPITAL	JOSÉ SOARES DO PATROCINIO MENDONÇA	COLADO
4	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VIAMÃO	CAPITAL	MANOEL DA SILVA RIBEIRO LIMA	ENCOMENDADO
5	NOSSA SENHORA DOS ANJOS DA ALDÊA	CAPITAL	CANDIDO CYPRIANO DA ROCHA COUTO	ENCOMENDADO
6	NOSSA SENHORA DE BELÉM	CAPITAL	Vaga	Vaga
7	NOSSA S. DO LIVRAMENTO DAS PEDRAS BRANCAS	CAPITAL	Vaga	Vaga
8	SANTA CHRISTINA	CAPITAL	Vaga	Vaga
9	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE S. LEOPOLDO	S. LEOPOLDO	BONIFACIO KELBER	ENCOMENDADO
10	SANT'ANNA DO RIO DOS SINOS	S. LEOPOLDO	JOÃO BAPTISTA ROCCATAGL(?)TA	ENCOMENDADO
11	S. JOSÉ DA PICADA DO HORTÊNCIO	S. LEOPOLDO	JOÃO SDELAK	ENCOMENDADO
12	S. MIGUEL DA PICADA DOUS IRMÃOS	S. LEOPOLDO	AGOSTINHO LUPINK	ENCOMENDADO
13	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	PATRULHA	JOÃO DE OLIVEIRA LIMA	COLADO
14	S. FRANCISCO DE PAULA DE CIMA DA SERRA	PATRULHA	Vaga	Vaga
15	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO ARROIO	ARROIO	JOAQUIM JOSE GONSALVES BENJAMINN	ENCOMENDADO
16	S. DOMINGOS DAS TORRES	ARROIO	Vaga	Vaga

17	SENHOR BOM JESUS DO TRIUMPHO	TRIUMPHO	JOSÉ RODRIGUES COELHO DAS NEVES	ENCOMENDADO
18	S. JERONIMO DO NOVO TRIUMPHO	TRIUMPHO	MANOEL RODRIGUES COELHO DAS NEVES	ENCOMENDADO
19	S. JOSÉ DE TAQUARY	TAQUARY	ANTONIO JOÃO DE CARVALHO	COLADO
20	SANTO AMARO	TAQUARY	Vaga	Vaga
21	NOSSA SENHORA DO ROSARIO DE RIO PARDO	RIO PARDO	JOÃO BAPTISTA DA MOTTA VELLOSO	COLADO
22	SANTA CRUZ	RIO PARDO	MANOEL JOSÉ DA CONCEIÇÃO BRAGA	ENCOMENDADO
23	S. JOÃO BAPTISTA DE CAMAQUAM	CAMAQUAM	HILDEBRANDO DE FREITAS PEDROSO	ENCOMENDADO
24	NOSSA SENHORA DAS DORES DE CAMAQUAM	CAMAQUAM	Vaga	Vaga
25	S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL	RIO GRANDE	JOSÉ MARIA DAMAZIO MATTOS	COLADO
26	NOSSA S. DAS NECESSIDADES DO POVO NOVO	RIO GRANDE	ESTEVÃO SIMIGLIA	ENCOMENDADO
27	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE TAHIM	RIO GRANDE	JOSÉ GARCIA	ENCOMENDADO
28	SANTA VICTORIA DO PALMAR	RIO GRANDE	JOSÉ VASQUES GONSALVES	ENCOMENDADO
29	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO NORTE	NORTE	FRANCISCO RODRIGUES	COLADO
30	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO ESTREITO	NORTE	Vaga	Vaga
31	S. LUIZ DE MOSTARDAS	MOSTARDAS	JOSE ANTONIO DE ALMEIDA E SILVA	ENCOMENDADO
32	S. FRANCISCO DE PAULA DE PELOTAS	PELOTAS	ANTONIO DA COSTA GUIMARÃES	ENCOMENDADO
33	SANTO ANTONIO DA BOA VISTA	PELOTAS	ANTONIO FRANCISCO MARANINCHI	ENCOMENDADO
34	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO BOQUEIRÃO	PELOTAS	DOMINGOS RODRIGUES	ENCOMENDADO
35	NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO DO BOQUETE	PELOTAS	Vaga	Vaga
36	ESPIRITO SANTO DE JAGUARÃO	JAGUARÃO	JOAQUIM LOPES RODRIGUES	ENCOMENDADO
37	NOSSA SENHORA DA GRAÇA DO ARROIO GRANDE	JAGUARÃO	LUIZ LOURENÇO DE CARVALHO CHAVES	ENCOMENDADO
38	S. JOÃO DO HERVAL	JAGUARÃO	JOÃO JOSÉ DA PORCIUNCULA	ENCOMENDADO
39	SANT'ANNA DA URUGUAYANA	URUGUAYANA	JOÃO VICENTE FERNANDES	ENCOMENDADO

40	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE CANGUSSÚ	CANGUSSÚ	MANOEL JOAQUIM TOSTES	ENCOMENDADO
41	NOSSA SENHORA DO ROSARIO DO SERRITO	CANGUSSÚ	MANOEL FERREIRA DOS SANTOS	ENCOMENDADO
42	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE PIRATINY	PIRATINY	ANTONIO RODRIGUES DA COSTA	COLADO
43	NOSSA SENHORA DAS LUZ DA CARIMBINHAS	PIRATINY	FRANCISCO DE MIRANDA PINTO	ENCOMENDADO
44	S. SEBASTIÃO DE BAGÉ	BAGÉ	CANDIDO LUCIO DE ALMEIDA	COLADO
45	NOSSA SENHORA DO PATROCINIO DE D. PEDRITO	BAGÉ	MANOEL VIEIRA DA MAIA PRADO	ENCOMENDADO
46	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ALEGRETE	ALEGRETE	PEDRO PIERANTONI	COLADO
47	S. JOÃO BAPTISTA DE QUARAIM	ALEGRETE	Vaga	Vaga
48	NOSSA SENHORA DO ROSARIO	ALEGRETE	Vaga	Vaga
49	SANT'ANNA DO LIVRAMENTO	LIVRAMENTO	JOSÉ DE S. LUIZ BIMBERT	COLADO
50	S. PATRICIO DE ITAQUY	ITAQUY	JOSÉ CORIOLANO DE SOUSA PASSOS	COLADO
51	S. FRANCISCO DE ASSIS	ITAQUY	ANTONIO GUEDES DE ASSIS	ENCOMENDADO
52	S. FRANCISCO DE BORJA	S. BORJA	JOÃO PEDRO GAY	COLADO
53	S. LUIZ DE MISSÕES	S. BORJA	JOÃO CAN(?)IO VIRISSIMO DOS ANJOS	ENCOMENDADO
54	ESPIRITO SANTO DA CRUZ ALTA	CRUZ ALTA	JOSÉ DE NORONHA NAPOLES MASSA	COLADO
55	SANTO ANGELO	CRUZ ALTA	MANOEL JOAQUIM DA S. ^a GUIMARÃES ARAXA	ENCOMENDADO
56	SANTO ANTONIO DA PALMEIRA	CRUZ ALTA	Vaga	Vaga
57	NOSSA S. DA APPARECIDA DO PASSO FUNDO	PASSO FUNDO	MANOEL CARLOS AYRES DE CARVALHO	ENCOMENDADO
58	NOSSA SENHORA DA SOLEDADE	PASSO FUNDO	MANOEL LASARO FREIRE	ENCOMENDADO
59	SANTA MARIA DA BOCCA DO MONTE	BOCCA DO MONTE	ANTONIO GOMES COELHO DO VALLE	ENCOMENDADO
60	S. MARTINHO	BOCCA DO MONTE	FRANCISCO PAZ DA SILVA TAVARES	ENCOMENDADO
61	S. GABRIEL	S. GABRIEL	JOAQUIM RIBEIRO DE ANDRADE E SILVA	ENCOMENDADO
62	NOSSA SENHORA DA ASSUMPCÃO DE CAÇAPAVA	CAÇAPAVA	JOSÉ TEIXEIRA DA CUNHA LOUSADA SOBRINHO	ENCOMENDADO
63	SANTO ANTONIO DAS LAVRAS	CAÇAPAVA	FRANCISCO ALVES BARROSO	ENCOMENDADO

64	SANTA ANNA DA BOA VISTA	CAÇAPAVA	FRANCISCO DA SANTISSIMA TRINDADE	ENCOMENDADO
65	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE S. SEPÉ	CAÇAPAVA	JOÃO BAPTISTA MOR	ENCOMENDADO
66	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA CACHOEIRA	CAXOEIRA	LUIS ANTONIO GONSALVES DOS SANTOS	COLADO
67	SANTA BARBARA DA ENCRUZILHADA	ENCRUZILHADA	FRANCISCO THEODOSIO DE ALMEIDA LEME	ENCOMENDADO
68	S. JOSÉ DO PATROCÍNIO	ENCRUZILHADA	DOMINGOS GALLESIO	ENCOMENDADO
69	NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA DA VACCARIA	VACCARIA	ANTONIO DA ROCHA PINTO	ENCOMENDADO
70	S. PAULO DA LAGOA VERMELHA	VACCARIA	BERNARDO BARBOSA DE ANDR. PINTO BRANDÃO	ENCOMENDADO

Fonte: Relatório do Presidente da Província de 1860.

**ANEXO 04: LEVANTAMENTO DAS PARÓQUIAS E DOS PADRES DA
PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO EM 1863**

				RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DE 1863	
Nº	ORAGO DAS FREGUESIAS	LUGARES A QUE PERTENCEM	COMARCA	NOME DOS PAROCOS	ENCOMENDADO S OU COLADOS
1	NOSSA SENHORA MADRE DE DEOS	PORTO ALEGRE	PORTO ALEGRE	LUIZ MANOEL GONSALVES DE BRITO	COLADO
2	NOSSA SENHORA DO ROSARIO	PORTO ALEGRE	PORTO ALEGRE	JOSE SOARES DO PATROCINIO MENDONÇA	COLADO
3	NOSSA SENHORA DAS DÔRES	PORTO ALEGRE	PORTO ALEGRE	JOSE IGNACIO CARVALHO FREITAS	COLADO
4	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VIAMÃO	PORTO ALEGRE	PORTO ALEGRE	Vaga	Vaga
5	NOSSA SENHORA DOS ANJOS DA ALDÊA	PORTO ALEGRE	PORTO ALEGRE	Vaga	Vaga
6	NOSSA SENHORA DE BELÉM	PORTO ALEGRE	PORTO ALEGRE	FRANCISCO DE SANTA IZABELA ATHAIDE	ENCOMENDADO
7	NOSSA S. DO LIVRAMENTO DAS PEDRAS BRANCAS	PORTO ALEGRE	PORTO ALEGRE	ANTONIO DA ROCHA PINTO	ENCOMENDADO
8	SANTA CHRISTINA	PORTO ALEGRE	PORTO ALEGRE	Vaga	Vaga
9	NOSSA SENHORA DAS DÔRES DE CAMAQUAM	PORTO ALEGRE	PORTO ALEGRE	JOSE VALLE DE S. FERNANDO	ENCOMENDADO
10	S. JOÃO BAPTISTA DE CAMAQUAM	PORTO ALEGRE	PORTO ALEGRE	ANTONIO FRANCISCO MARANINCHI	ENCOMENDADO
11	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE S. LEOPOLDO	S. LEOPOLDO	PORTO ALEGRE	BONIFACIO KEBNER	ENCOMENDADO
12	S. JOSÉ DO HORTÊNCIO	S. LEOPOLDO	PORTO ALEGRE	JOÃO SEDELAK	ENCOMENDADO
13	S. MIGUEL, NA PICADA DOS DOUS IRMÃOS	S. LEOPOLDO	PORTO ALEGRE	AGOSTININHO LEIPEISINKS	ENCOMENDADO
14	SANT'ANNA DO RIO DOS SINOS	S. LEOPOLDO	PORTO ALEGRE	JOÃO BAPTISTA ROCCATAGLIAT A	ENCOMENDADO
15	CURATO DE S. FRANCISCO E S. FELIX DE S. LEOPOLDO	S. LEOPOLDO	PORTO ALEGRE	Vaga	Vaga

16	CURATO DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE S. LEOPOLDO	S. LEOPOLDO	PORTO ALEGRE	Vaga	Vaga
17	SENHOR BOM JESUS DO TRIUMPHO	TRIUMPHO	PORTO ALEGRE	JOSE RODRIGUES COELHO DAS NEVES	ENCOMEDADO
18	S. JERONYMO	S. JERONYMO	PORTO ALEGRE	LUIZ PINTO DE AZEVEDO	COLADO
19	S. JOSÉ DE TAQUARY	TAQUARY	PORTO ALEGRE	ANTONIO JOÃO DE CARVALHO	COLADO
20	SANTO AMARO	TAQUARY	PORTO ALEGRE	CUSTODIO GUEDES DE ASSIS	ENCOMENDADO
21	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	JOÃO DE OLIVEIRA LIMA	COLADO
22	NOSSA SENHORA D'OLIVEIRA DA VACCARIA	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	MANOEL CARLOS AYRES DE CARVALHO	ENCOMENDADO
23	S. PAULO DA LAGOA VERMELHA	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	BERNARDO BARBOSA DE ANDRADE PINTO BRANDÃO	ENCOMENDADO
24	S. FRANCISCO DE PAULA DE CIMA DA SERRA	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS SARAIVA	ENCOMENDADO
25	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO ARROIO	CONCEIÇÃO DO ARROIO	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	JOAQUIM FERREIRA RAMOS	ENCOMENDADO
26	S. DOMINGOS DAS TORRES	CONCEIÇÃO DO ARROIO	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	Vaga	Vaga
17	S. PEDRO DO RIO GRANDE	RIO GRANDE	RIO GRANDE	JOSE MARIA DAMASIO MATTOS	COLADO
28	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE TAHIM	RIO GRANDE	RIO GRANDE	JOSE GARCIA	ENCOMENDADO
29	NOSSA S. DAS NECESSIDADES DO POVO NOVO	RIO GRANDE	RIO GRANDE	ESTEVÃO SIMIGLIA	ENCOMENDADO
30	SANTA VICTORIA DO PALMAR	RIO GRANDE	RIO GRANDE	JOSÉ VASQUES GONSALVES	ENCOMENDADO
31	S. FRANCISCO DE PAULA DE PELOTAS	PELOTAS	RIO GRANDE	ANTONIO DA COSTA GUIMARÃES	ENCOMENDADO
32	NOSSA SENHORA DA	PELOTAS	RIO GRANDE	DOMINGOS GALLESIO	ENCOMENDADO

	CONCEIÇÃO DO BOQUEIRÃO				
33	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO SERRO DA BUENA	PELOTAS	RIO GRANDE	CANDIDO CYPRIANO DA ROCHA COUTO	ENCOMENDADO
34	SANTO ANTONIO DA BOA VISTA	PELOTAS	RIO GRANDE	Vaga	Vaga
35	S. JOSÉ DO NORTE	S. JOSÉ DO NORTE	RIO GRANDE	FRANCISCO RODRIGUES	COLADO
36	S. LUIZ DE MOSTARDAS	S. JOSÉ DO NORTE	RIO GRANDE	JOSE ANTONIO DE ALMEIDA	ENCOMENDADO
37	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO ESTREITO	S. JOSÉ DO NORTE	RIO GRANDE	Vaga	Vaga
38	NOSSA SENHORA DO ROSARIO DO RIO PARDO	RIO PARDO	RIO PARDO	JOÃO BAPTISTA DA MOTTA VELLOSO	COLADO
39	SANTA CRUZ	RIO PARDO	RIO PARDO	Vaga	Vaga
40	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA CACHOEIRA	CACHOEIRA	RIO PARDO	LUIZ ANTONIO GONSALVES DOS SANTOS	COLADO
41	SANTA BARBARA DA ENCRUZILHADA	ENCRUZILHADA	RIO PARDO	CONEGO FRANCISCO THEODOSIO DE ALMEIDA LEME	ENCOMENDADO
42	S. JOSÉ DO PATROCÍNIO	ENCRUZILHADA	RIO PARDO	Vaga	Vaga
43	SANTA MARIA DA BOCCA DO MONTE	ST.ª MARIA DA BOCCA DO MONTE	RIO PARDO	ANTONIO GOMES COELHO DO VALLE	COLADO
44	NOSSA SENHORA DA ASSUMÇÃO DE CAÇAPAVA	CAÇAPAVA	CAÇAPAVA	FRANCISCO DA SANTISSIMA TRINDADE	ENCOMENDADO
45	SANTA ANNA DA BOA VISTA	CAÇAPAVA	CAÇAPAVA	Vaga	Vaga
46	SANTO ANTONIO DAS LAVRAS	CAÇAPAVA	CAÇAPAVA	JOSE LUIZ DO VALLE	ENCOMENDADO
47	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE S. SEPÉ	CAÇAPAVA	CAÇAPAVA	JOÃO BAPTISTA MOR	ENCOMENDADO
48	S. GABRIEL	S. GABRIEL	CAÇAPAVA	JOÃO PEIXOTO DE MIRANDA VERAS	COLADO
49	CURATO DE S. VICENTE DE CAVAJURETAN	S. GABRIEL	CAÇAPAVA	Vaga	Vaga
50	S. SEBASTIÃO DE BAGÉ	BAGÉ	BAGÉ	CANDIDO LUCIO DE ALMEIDA	COLADO

51	NOSSA SENHORA DOM PEDRITO	BAGÉ	BAGÉ	JOSE TAVARES BASTOS RIOS	ENCOMENDADO
52	SANT'ANNA DO LIVRAMENTO	BAGÉ	BAGÉ	FRANCISCO MADRE DE DEOS CUNHA	COLADO
53	NOSSA SENHORA D' APPARECIDA DE ALEGRETE	ALEGRETE	ALEGRETE	PEDRO PIERANTONI	COLADO
54	S. JOÃO BAPTISTA DE QUARAHIM	ALEGRETE	ALEGRETE	AUGUSTO MARTINS DA CRUZ JOBIM	COLADO
55	NOSSA SENHORA DO ROSARIO DE SAICÁN	ALEGRETE	ALEGRETE	Vaga	Vaga
56	SANT'ANNA DO URUGUAY	URUGUAYANA	ALEGRETE	JOÃO VICENTE FERNANDES	ENCOMENDADO
57	S. FRANCISCO DE BORJA	S. BORJA	S. BORJA	JOÃO PEDRO GAY	COLADO
58	S. LUIZ	S. BORJA	S. BORJA	Vaga	Vaga
59	S. PATRICIO DE ITAQUI	ITAQUI	S. BORJA	JOSE CORIOLANO DE SOUSA PASSOS	COLADO
60	S. FRANCISCO DE ASSIS	ITAQUI	S. BORJA	Vaga	Vaga
61	ESPIRITO SANTO DA CRUZ ALTA	CRUZ ALTA	CRUZ ALTA	JOSE DE NORONHA NAPOLES MASSA	COLADO
62	NOSSA SENHORA DA SOLEDADE	CRUZ ALTA	CRUZ ALTA	MANOEL JOSE DA CONCEIÇÃO BRAGA	ENCOMENDADO
63	SANTO ANGELO	CRUZ ALTA	CRUZ ALTA	LUIZ DOLORES MARZÔA	ENCOMENDADO
64	SANTO ANTONIO DA PALMEIRA	CRUZ ALTA	CRUZ ALTA	ANTONIO ROSSI	ENCOMENDADO
65	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO PASSO FUNDO	PASSO FUNDO	CRUZ ALTA	ANTONIO TAVARES DORNELLAS	COLADO
66	S. MARTINHO	PASSO FUNDO	CRUZ ALTA	ANTONIO GUEDES DE ASSIS	ENCOMENDADO
67	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE PIRATINY	PIRATINY	PIRATINY	ANTONIO RODRIGUES DA COSTA	COLADO
68	NOSSA SENHORA DA LUZ DAS CACIMBINHAS	PIRATINY	PIRATINY	FRANCISCO DE MIRANDA PINTO	ENCOMENDADO
69	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE CANGUSSÚ	CANGUSSÚ	PIRATINY	JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES FONTES	COLADO

70	NOSSA SENHORA DO ROSARIO DO SERRITO DE CANGUSSÚ	CANGUSSÚ	PIRATINY	Vaga	Vaga
71	ESPIRITO SANTO DE JAGUARÃO	JAGUARÃO	PIRATINY	JOAQUIM LOPES RODRIGUES	ENCOMENDADO
72	S. JOÃO BAPTISTA DO HERVAL	JAGUARÃO	PIRATINY	JOAQUIM JOSÉ DA PONSUNCULA	ENCOMENDADO
73	SOSSA SENHORA DA GRAÇA DO ARROIO GRANDE	JAGUARÃO	PIRATINY	JOAQUIM JOSE GONSALVES BENJAMIM	COLADO

Fonte: Relatório do Presidente da Província de 1863 (RS).